

# Sumário

Número de notícias: 25 | Número de veículos: 15

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo acena com reajuste a servidores ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fazenda pede veto; mercado defende desoneração ..... 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF forma maioria para cobrança de imposto retroativo de empresas ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Plano pode renovar parque industrial em até 10%, diz Alckmin ..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Servidores do BC criam base sobre empresas ..... 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em vitória de Haddad, meta fiscal é mantida ..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Meta mantida, por enquanto (Editorial) ..... 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Foco maior nos gastos com os mais pobres ..... 13

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tributária deve ter promulgação fatiada ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula e Pacheco discutem dificuldades no Senado ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reindustrialização do país passa pela economia verde, sugere Dom Cabral ..... 20

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Carga de tributos e encargos sobre setor elétrico foi de 48,1% em 2022, mostra estudo  
..... 22

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Último dia para deputados apresentarem as emendas ..... 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fraude de R\$ 25,2 bi leva Americanas a um prejuízo de R\$ 12,9 bi em 2022 ..... 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Meta de déficit zero será mantida até março .....	29
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Crise do câmbio na Argentina afeta exportações brasileiras.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
PEC 45 e a promulgação de parte da reforma - OPINIÃO JURÍDICA.....	33
VALOR ECONÔMICO - SP - EU TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
A grande transferência de riqueza .....	35
O ESTADO DE S. PAULO - COLUNA DO ESTADÃO ECONOMIA	
BNDES dá prioridade a setor industrial e desembolso salta a R\$ 16 bilhões até setembro - COLUNA DO ESTADÃO	
.....	39
O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL ECONOMIA	
A eleição e o acordo entre Mercosul e UE (Artigo).....	41
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Em vitória de Haddad, governo vai manter meta de déficit zero na LDO.....	42
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
A Selic em 2024 (Artigo).....	44
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
Sustentar déficit zero tornou-se uma questão de honra para o ministro.....	45
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Hora de decisões difíceis para tirar a Argentina da crise (Editorial).....	46
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
O G20 e a conexão dados & IA (Artigo).....	48

# Governo acena com reajuste a servidores

**Victor Correia**

O Ministério da Gestão e Inovação prometeu, ontem, durante reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), apresentar até 15 de dezembro uma proposta aos servidores federais, tanto no âmbito de benefícios, quanto de reajuste salarial em 2024. Na reunião, convocada em meio à pressão crescente do funcionalismo por correção de salários, o governo não falou em números. As reivindicações do funcionalismo vem sendo feitas desde a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro, mas, com recursos limitados para atender às demandas, o Executivo está buscando fontes de recursos para oferecer o reajuste.

Segundo dois participantes do encontro, além da proposta salarial, o ministério deve avançar em ações sem impacto remuneratório.

Uma das decisões tomadas foi a de modificar a Instrução Normativa 54/2021, emitida durante a pandemia, que trata da identificação de servidores em greve e do corte de ponto daqueles que interrompem as atividades.

Segundo os sindicalistas ouvidos pelo Correio, quem informou sobre a proposta foi o secretário de Relações do Trabalho, José Lopes Feijóo.

Para o secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Sergio Ronaldo, a reunião de ontem foi frustrante, devido à ausência de uma proposta concreta. Entretanto, ele avalia que há a possibilidade de o governo encontrar uma alternativa para fazer uma oferta em dezembro.

"Queremos que algo aconteça, pois estamos precisando de uma resposta", pontuou. "Vamos depositar nossa confiança nisso. O governo disse que a área econômica trabalha para conseguir recursos, mas que isso depende do crescimento da economia.

Eles têm confiança nesse crescimento, mas compreendemos que, neste momento, é crucial exercer pressão, inclusive sobre o Congresso, para garantir que os servidores sejam contemplados no orçamento de 2024", acrescentou Sergio Ronaldo.

Já o presidente do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques, afirmou que a reunião ocorreu em clima tenso. "Afirmaram que vão apresentar uma proposta na próxima reunião. Eu

estou pagando para ver. Considerando que já se passaram cinco meses e nada foi apresentado, acredito que seja um blefe", disse. Ele apontou que, durante o encontro, foram mencionadas várias manifestações que estão sendo realizadas, inclusive a de servidores da Polícia Federal.

## Manifestações

As duas maiores entidades de representação da Polícia Federal (PF) realizaram novos protestos, ontem, para exigir a reestruturação salarial de policiais e servidores administrativos. Em Brasília, integrantes da Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) e da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) fizeram uma marcha da sede da PF até o Ministério da Justiça para pressionar o governo.

Segundo a assessoria da Fenapef, houve manifestações também nos 26 estados.

No Banco Central, aproveitando a comemoração do terceiro aniversário do Pix, o sistema de pagamentos instantâneo, o Sindicato Nacional dos Funcionários do BC (Sinal), realizou uma manifestação, com a entrega de uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) reivindicando reestruturação da carreira. O sindicato não descarta a possibilidade de os funcionários entrarem em greve ainda neste mês.

No ano passado, a categoria fez greve por 90 dias, sem obter qualquer resultado junto ao governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro. Neste ano, a regulamentação da lei sobre bônus de produtividade dos auditores fiscais da **Receita Federal**, em junho, elevou a insatisfação dos funcionários do BC, que contam com apoio público o não apenas do presidente da instituição, Roberto Campos Neto, como dos demais diretores da instituição.

"Afirmaram que vão apresentar uma proposta na próxima reunião. Eu estou pagando para ver.

Considerando que já se passaram cinco meses e nada foi apresentado, acredito que seja um blefe" Rudinei Marques, presidente do Fonacate

## Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/11/17/all.pdf>

# Fazenda pede veto; mercado defende desoneração

**Guilherme Pimenta, Beatriz Olivon, Julia Lindner e Caetano Tonet**

O Ministério da Fazenda encaminhou ao Palácio do Planalto notas técnicas que recomendam veto total ao projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores que mais empregam no país, segundo apurou o Valor. A pasta argumenta que o projeto seria inconstitucional, o que é contestado por especialistas, para quem é permitida a prorrogação de substituições tributárias que vigoravam antes da reforma da Previdência.

O texto foi aprovado pelo Congresso no fim de outubro e encaminhado à sanção. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem até o dia 23 deste mês para analisar a proposta.

Ele pode sancionar ou vetar a medida ou trechos do projeto. O Legislativo tem o poder de derrubar eventuais vetos, o que lideranças parlamentares já sinalizaram ser provável, caso Lula vete a proposta.

A desoneração da folha permite às empresas dos segmentos afetados pagar uma alíquota de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários.

Pela regra atual, esse sistema se encerra em dezembro deste ano. Pelo texto aprovado, a medida vale até dezembro de 2027.

A proposta também contempla municípios com a população inferior a 142,6 mil habitantes. Essas cidades teriam a alíquota da contribuição previdenciária sobre a folha reduzida de 20% para 8%.

as

A Fazenda encaminhou notas técnicas tanto da **Receita Federal** quanto da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que sustentam a inconstitucionalidade da prorrogação.

O ministro Fernando Haddad recorrentemente temas citados um parecer da PGFN sobre a inconstitucionalidade.

Há três semanas, ele disse aos jornalistas que "nosso problema não é de mérito, é jurídico".

A alegação de que a proposta é inconstitucional é baseada na interpretação de um artigo da reforma da Previdência que proibiu a criação de novos benefícios fiscais baseados na desoneração da folha de pagamento. Mas especialistas rebatem essa avaliação.

Chede Suaiden, sócio do escritório Bichara Advogados, lembra que a desoneração da folha se baseou em um parágrafo do artigo 195 da Constituição que permitia alterar a alíquota ou a base de cálculo em contribuições sobre a folha de pagamentos, considerando a atividade econômica, uso intensivo da mão de obra ou porte da empresa.

A reforma da Previdência - emenda constitucional promulgada em 2019 - alterou esse trecho, prevendo que as contribuições sobre folha podem ter apenas alíquotas diferenciadas e não a troca da base de cálculo, como ocorre na desoneração para os 17 setores. Mas Suaiden destaca que a própria emenda afirma, no artigo 30, que essa vedação não se aplica a substituições instituídas antes da entrada em vigor da reforma.

"O dispositivo permite que alterações da base anteriores à reforma da Previdência possam permanecer", afirma. "Como estão prorrogando, aquele tipo de contribuição que já tinha permissão na lei continua sendo constitucional, tanto que vigorou até agora", afirma.

De acordo com o advogado, a interpretação do governo é equivocada e técnicos no governo Bolsonaro já tentavam atacar a constitucionalidade sem razão. Em 2020, em outra ocasião em que o Congresso prorrogou a desoneração da folha, um parecer técnico da Câmara dos Deputados também atestou a constitucionalidade da medida.

A proximidade da data limite para sanção ou veto da medida tem gerado apreensão entre empresários e trabalhadores.

A presidente da Federação de Manutenção da Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática, Vivien Suruagy, afirmou que, apesar de Lula estar dentro do prazo, o assunto deve ser tratado com urgência.

"O governo está dentro do prazo, que vai até o dia 23. Estamos chegando no final do mês e infelizmente já estamos com listas de demissão de mão de obra", lamentou.

Representantes das centrais sindicais estão otimistas. O presidente da União Geral dos Trabalhadores (UGT), Ricardo Patah, disse que há uma ansiedade natural entre trabalhadores e empresários, mas que acredita na sanção.

"Do ponto de vista da compreensão do Lula, pela sua história, sua sensibilidade, seus compromissos, ele vai sancionar", disse Patah.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# STF forma maioria para cobrança de imposto retroativo de empresas

**LAVÍNIA KAUCZ BRASÍLIA**

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem para negar recursos sobre a chamada "quebra da coisa julgada" - mudança no entendimento sobre decisões tributárias - e manter a cobrança da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), um tributo federal, desde 2007.

O placar está em 7 a 2 para manter a sentença de fevereiro, quando a Corte permitiu a quebra automática de decisões que autorizaram contribuintes a não recolher **tributos** caso a Corte se pronunciasse, tempos depois, em sentido contrário. Após formação de maioria, o julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Dias Toffoli.

Na prática, a decisão faz com que as empresas tenham de voltar a pagar **impostos** dos quais eram isentas, de forma retroativa, mesmo com sentenças individuais anteriores favoráveis.

O caso concreto debatido pelo Supremo tratava de companhias que obtiveram decisões favoráveis na Justiça na década de 90 para deixar de pagar a CSLL, um imposto federal.

Em 2007, o Supremo decidiu que a cobrança do tributo é, na verdade, constitucional.

A discussão agora é se a CSLL tem de ser recolhida a partir de 2007 ou apenas a partir da data da decisão do Supremo, em fevereiro deste ano.

**VOTOS.** Os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes não viram nenhuma omissão na decisão do começo deste ano, e votaram para rejeitar integralmente os recursos e manter a sentença na íntegra.

O ministro André Mendonça também entendeu que o tributo é devido desde 2007, mas defendeu a isenção das multas punitivas e moratórias decorrentes do não pagamento.

"Não entendo como se pode entender existir conduta reprovável por parte do contribuinte que se socorreu no Judiciário", afirmou o ministro.

Os ministros Luiz Fux e Edson Fachin votaram para acolher os pedidos e reformar a sentença. Para eles, a decisão só pode ter efeitos a partir deste ano, quando o Supremo julgou o tema, e a **Receita Federal** não poderia cobrar **tributos** que não foram recolhidos no passado por força de decisão judicial definitiva.

Fux defendeu que essa solução é necessária para preservar a segurança jurídica, visto que o cenário era de "incerteza para diversos players do mercado".

Fachin ponderou que, se ficar vencido, ele se alinha ao voto de Mendonça.

Os recursos foram apresentados pela Têxtil Bezerra de Menezes (TBM), que foi parte no processo, pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e pelo Sindicato das Indústrias de Produtos Químicos (Sinpeq).

O caso começou a ser julgado no plenário virtual em setembro.

Após Barroso e Rosa votarem para negar os recursos, o ministro Luiz Fux pediu destaque, e a análise foi reiniciada no plenário físico. Na sessão de ontem, Barroso reafirmou seu entendimento proferido no plenário virtual. "A partir da publicação da ata da decisão de 2007, já não havia mais dúvida que o tributo era devido", disse.

**CRÍTICAS.** Em fevereiro, logo após a sentença, Fux criticou a decisão da Corte. "Nós (STF) tivemos uma decisão que destruiu a coisa julgada, que criou a maior surpresa fiscal para os contribuintes, um risco sistêmico absurdo", disse ele, em evento do Sindicato das Empresas de Contabilidade e Assessoramento de São Paulo (Sescon). "Se a gente relativiza a coisa julgada, vale a segunda e não a primeira, porque não a terceira, a quarta e a quinta? E quando vamos ter segurança jurídica?", questionou na ocasião.

No mesmo dia, mais cedo, Barroso havia defendido a decisão dizendo que as empresas que não pagaram o imposto "fizeram uma aposta".

"Não entendo como se pode entender existir conduta reprovável por parte do contribuinte que se socorreu no Judiciário" André Mendonça Ministro do STF

**Notícias Relacionadas:**

O ESTADO DE S. PAULO  
STF forma maioria para cobrança de imposto retroativo de empresas

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Plano pode renovar parque industrial em até 10%, diz Alckmin

**Estevão Taiar**

O modelo de depreciação superacelerada em elaboração pelo governo poderá renovar em até 10% o parque industrial brasileiro, segundo o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin. Ele também disse que o governo está "trabalhando 24 horas para" implantar o novo modelo, mas não deu prazo para que isso aconteça.

"Isso [novo modelo] pode significar 8%, 9%, 10% no sentido de ajudar a renovar o parque industrial", afirmou após o lançamento da nova fase do programa Brasil Mais Produtivo, na sede da CNI, em Brasília. "O parque industrial brasileiro está envelhecido.

Se não melhorar a eficiência, como você vai competir?" A depreciação acelerada é uma espécie de incentivo fiscal que permite a empresas deduzir do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em um período que vai de dois a 25 anos, investimentos realizados em máquinas e equipamentos. A medida tem impacto apenas no fluxo das contas das empresas e do governo federal, sem alteração no estoque de **impostos** a ser recolhido, já que toda a quantia é em algum momento recuperada pela União.

Mas o Mdic e o Ministério da Fazenda querem dar um passo adiante e implantar a depreciação superacelerada, em que a dedução é realizada em um período mais curto, de apenas um ou dois anos.

Como mostrou o Valor em agosto, o governo trabalhava com cinco cenários para a depreciação superacelerada. Cada um deles alcançava um número maior ou menor segmentos da indústria. O impacto fiscal variava entre R\$ 3 bilhões e R\$ 17 bilhões, e também não estava decidido o prazo em que será concedido o incentivo: um ou dois anos. Na ocasião, a expectativa do Mdic era que a decisão fosse tomada ainda em setembro, o que não aconteceu. No evento de ontem, Alckmin disse que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem sido um "bom parceiro" na elaboração do projeto.

CADU GOMES/VPR De acordo com a **Receita Federal**, entre janeiro e outubro deste ano as desonerações referentes à depreciação acelerada de

bens de capitais somavam R\$ 1,683 bilhões, R\$ 73 milhões a mais do que no mesmo período de 2022.

Já a nova etapa do Brasil Mais Produtivo, lançada ontem pelo governo federal, visa promover um "salto tecnológico de micro, pequenas e médias empresas industriais brasileiras", segundo o Mdic. De acordo com a pasta, a nova etapa do "programa vai destinar R\$ 2 bilhões para o engajamento digital de 200 mil indústrias".

Haverá por exemplo um "diagnóstico e melhoria de gestão", em que até 50mil empresas "receberão orientação e acompanhamento contínuo" para aumentar a própria produtividade.

Ver também página A16

"O parque industrial brasileiro está envelhecido. Se não melhorar a eficiência, como você vai competir?" Geraldo Alckmin

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# Servidores do BC criam base sobre empresas

**Larissa Garcia De Brasília**

Dois servidores do Banco Central (BC) elaboraram uma base de dados inédita com informações contábeis e societárias de 42 mil empresas brasileiras - a maior parte de companhias não financeiras -, que representam 50% da carteira de crédito do sistema financeiro. A ideia é que a autoridade monetária possa avaliar melhor o risco tomado pelos bancos.

Chamado de Alexandria, o banco de dados foi publicado em inglês e português e, segundo os dois autores, equipara o BC brasileiro a bancos centrais europeus, que já possuem bases contábeis de empresas não financeiras há décadas. Do total, 35 mil companhias são não financeiras.

"A gente foi construindo essa base incluindo dados de várias bases diferentes. Conseguimos uma base muito completa. Nosso critério foi que a empresa tivesse pelo menos um balanço. Como as microempresas não são obrigadas a fazer, temos mais informações de médias e grandes empresas", diz Luiza Rodrigues, coordenadora no BC, uma das autoras do estudo.

Segundo ela, a **Receita Federal** recebe por ano 1,1 milhão de balanços. "Nossas empresas estão concentradas no porte médio e grande", afirma. "A gente faz uma homologação cuidadosa, uma eventual inclusão de novas empresas não seria automática." Não é uma tendência que haja inclusão de novas empresas na base de dados. "O Banco Central capta dados de empresas mais relevantes para onerar cada vez menos as empresas a prestar esse tipo de informação para nós. O nosso fundo é estatístico, então não é preciso pegar microdados", afirma Flavio Docha, também coordenador no BC e autor da pesquisa.

Os servidores levaram três anos para concluir a base. Rodrigues diz que o banco de informações será usado internamente e que seu principal fim é acadêmico. "Por meio dele, a gente analisou endividamento das empresas, mas outros estudos podem usar a mesma base para analisar lucro ou padrão de geração de emprego, por exemplo." Eles detectaram que há diferenças setoriais no endividamento das empresas. O que é normal para uma companhia de um segmento pode ser um endividamento alto para a de outro, principalmente pelo ciclo de negócios.

O estudo também comparou o endividamento entre empresas de outras economias. "Existe muita

semelhança com o padrão setorial de outros países, não é uma jabuticaba. Temos que fazer mais pesquisas para afirmar isso, mas parece ser um padrão bem pronunciado", afirma Rodrigues.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# Em vitória de Haddad, meta fiscal é mantida

## Edla Lula

A tese do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, prevaleceu e, ontem, o governo oficializou que não vai apoiar emendas ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 que alterem a meta de deficit zero para o próximo ano. A decisão foi comunicada ao relator do PLDO, deputado Danilo Forte (União-CE), em reunião no Palácio do Planalto.

Em entrevista coletiva após a reunião, o ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que "não existe nem vai existir qualquer iniciativa do governo de alterar a meta fiscal".

A avaliação é de que apoiar a mudança da meta não seria uma boa sinalização, já que o governo precisa aprovar projetos destinados a aumentar a arrecadação de **impostos**.

"O governo acredita que, neste momento, o nosso foco tem de estar concentrado nas medidas que melhoram a arrecadação no país, fazem justiça tributária e esforço de combater qualquer pauta que desorganize o orçamento público", complementou Padilha.

Haddad, por sua vez, voltou a pedir um "esforço concentrado" para aprovar as cinco medidas pelas quais tem se empenhado este ano.

No Senado, tramitam o projeto de lei que regulamenta as apostas esportivas e outro que prevê a taxação dos fundos das grandes fortunas, chamados offshore e exclusivos.

Já na Câmara, o governo trabalha para concluir a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **Reforma Tributária**.

Há também as propostas que abordam as subvenções do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do fim dos Juros Sobre Capital Próprio (JCP).

O governo encaminhou uma medida provisória tratando da subvenção, mas ainda encontra resistência. Por isso, a matéria pode ser alterada para projeto de lei. No caso do JCP, segundo Haddad, está sendo negociada a melhor forma de encaminhamento.

"São cinco medidas importantes para dar conforto ao relator da LDO, porque tudo isso está no Orçamento. Então, é preciso fazer um esforço de fim de ano",

destacou. "Já passaram dois projetos importantes na Câmara, a **reforma tributária** no Senado, e nós temos de fazer um esforço concentrado para seguirmos nessa perspectiva." O ministro precisa que essas matérias sejam aprovadas porque as receitas previstas no Orçamento de 2024 contam com recursos oriundos desses projetos.

Do contrário, o Executivo terá de contingenciar gastos no início do ano que vem, sacrificando, inclusive, investimentos, o que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já disse que não admite.

Danilo Forte - que se reuniu com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, na semana passada, para debater a alteração da meta - disse que, agora, vai trabalhar por um orçamento factível.

O parlamentar vinha defendendo a mudança na meta fiscal, já na LDO, para que o Orçamento fosse mais realista.

"O governo manteve a posição dele, de meta fiscal zero.

Tirou qualquer possibilidade de emenda ao relatório, qualquer mensagem modificativa do que está sendo decidido e a preservação do arcabouço fiscal", ressaltou. "O importante é que isso dá equilíbrio à tomada de posição e a garantia de que vamos trabalhar agora para concluir a votação do Orçamento e dar ao país um orçamento factível em 2024", acrescentou.

Na última segunda-feira, o deputado Lindbergh Faria (PT-RJ) protocolou, na Comissão Mista de Orçamento responsável por analisar a LDO 2024, duas emendas que mudam a meta fiscal para um deficit de 0,75% e de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

## Emendas

Ontem, Padilha enfatizou, como havia dito a ministra do Planejamento, Simone Tebet, que a decisão do deputado - vice-líder do governo no Congresso - não foi discutida com o Executivo.

"Os parlamentares apresentam o que quiserem, com as motivações que têm", argumentou.

O prazo para apresentação de emendas ao projeto da LDO termina hoje, e a previsão é que o relatório final seja apresentado na terça-feira, com votação

concluída até o dia 23.

Segundo informou Padilha, um grupo de trabalho será montado para analisar as propostas dos parlamentares e decidir sobre a necessidade de outras emendas que podem ser apresentadas pelo governo.

O grupo será integrado pelos ministérios das áreas política e econômica; por Danilo Forte, da parte do Parlamento; e pelo líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido- AP), que também esteve na reunião de ontem.

"Mostramos o interesse do governo de apresentar um texto que estimule que emendas de bancadas e individuais possam atrair mais recursos para o PAC, dando mais especificidade para as emendas", frisou Padilha, ao destacar que projetos do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são prioridade para o governo.

Entenda o caso

Declaração de Lula

A discussão sobre mudança da meta foi reaberta pelo presidente Lula, em outubro, depois de dizer que o déficit zero "difícilmente" seria atingido e que o país não precisava disso. "Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias neste país", frisou.

A discussão dividiu o governo.

O ministro da Casa Civil, Rui Costa, propôs a alteração da meta para déficit de 0,5% do **PIB**. Já os ministros de Relações Institucionais, Alexandre Padilha; do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão, Esther Dweck, defenderam a posição de esperar mais informações sobre a aprovação de projetos no Congresso que podem aumentar a arrecadação do governo no próximo ano - e, assim, evitar um contingenciamento de gastos em pleno ano de eleições municipais.

Sob pressão, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, pediu tempo até março, quando deve sair o primeiro Relatório de Receitas e Despesas Primárias de 2024, para que se decida sobre mudança na meta. Ele quer aguardar o avanço das medidas arrecadatórias no Congresso. A busca é por receita extra de R\$ 168 bilhões para garantir o equilíbrio das contas no ano que vem.

Haddad apresentou, no início do ano, a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024. A Casa Civil e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, contudo, foram

contra por entenderem que o aperto fiscal pode comprometer o crescimento econômico.

O ministro resistiu ao "fogo amigo", com o argumento de que a aprovação das medidas no Congresso podem elevar a arrecadação. Mas, após as declarações de Lula, as pressões pela mudança da meta voltaram a crescer.

"O governo acredita que, neste momento, o nosso foco tem de estar concentrado nas medidas que melhoram a arrecadação no país" Alexandre Padilha, ministro de Relações Institucionais

**Notícias Relacionadas:**

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
Déficit zero: em vitória de Haddad, meta fiscal é mantida

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/11/17/all.pdf>

# Meta mantida, por enquanto (Editorial)

Duas das principais agências de classificação de risco do mundo, a Fitch e a Moody's, reafirmaram a importância de o governo manter inalterada a meta de zerar o déficit fiscal em 2024. Mudar o compromisso, segundo as agências, embora não levasse necessariamente a um rebaixamento das notas de crédito do País, comprometeria a credibilidade do novo arcabouço fiscal e atrapalharia os esforços para a recuperação do grau de investimento pelo País.

A vice-presidente da Moody's para risco soberano, Samar Maziad, chamou a atenção para algo que parte do governo se recusa a assimilar. Segundo ela, os sinais que o Executivo tem passado a respeito da meta pesam tanto ou mais que o número em si. Em outras palavras, não basta apenas manter o compromisso. É preciso demonstrar verdadeira disposição para atingi-lo, para assim conter a trajetória ascendente da dívida pública.

Crucial para reposicionar o Brasil na rota dos investimentos dos maiores fundos de investimento do mundo, o alerta das agências veio a calhar e, aparentemente, foi ouvido. O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, Danilo Forte (União- CE), confirmou que a meta não será modificada, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, poderá respirar aliviado - ao menos por alguns meses.

Em março, o governo terá de divulgar o primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas primárias do ano. O principal recurso a indicar a disposição do Executivo para cumprir a meta será o contingenciamento de despesas.

Mas é bom lembrar que até mesmo o bloqueio temporário de despesas entrou na mira de Lula, justamente por incidir sobre investimentos e obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Até lá, Haddad terá de trabalhar para aprovar medidas que reforcem a arrecadação da União no Congresso - como a **reforma tributária**, a taxação de fundos exclusivos, offshore e os juros sobre capital próprio, a regulamentação das apostas esportivas e a proposta que altera a tributação de grandes empresas que recebem subvenção dos Estados.

Será um desafio e tanto, uma vez que a agenda está longe de ser consensual e o Congresso já está reduzindo o ritmo de votações em razão dos feriados e da proximidade das festas de fim de ano.

Fato é que a evolução do debate fiscal nas últimas três semanas mostra a pertinência do alerta das agências de classificação de risco. No fim de outubro, Lula desautorizou Haddad ao dizer que um déficit de 0,25% ou de 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) não seria "nada". Depois de muito ruído, o governo acabou por não enviar uma mensagem modificativa para formalizar a proposta ao Congresso, e o Legislativo não quis assumir o ônus por alterá-la por conta própria, a despeito do risco de bloqueio das emendas parlamentares.

O deputado Lindbergh Farias (PTRJ), no entanto, prontamente apresentou emendas à LDO que permitiriam um déficit de 0,75% ou de 1%. Ainda que suas emendas não tenham sido acatadas, é bastante simbólico que a flexibilização que ele propôs tenha ido além, muito além do que o próprio Lula havia defendido no café da manhã com jornalistas, em 27 de outubro. Ademais, permanece no ar a possibilidade de a meta ser alterada diretamente no projeto do Orçamento, última votação antes do recesso parlamentar.

Haddad terá ainda que convencer o presidente Lula sobre a importância da responsabilidade fiscal. Até que isso ocorra, se é que vai ocorrer, sua vitória terá sido parcial e temporária. Em conjunto, as medidas para reforçar a arrecadação podem até reduzir o rombo nas contas públicas, mas não serão suficientes para resolver o problema que o ministro tem em suas mãos. "A fraqueza do arcabouço é a dependência de receitas", ressaltou Maziad ao Estadão.

É nas despesas que o governo terá de mexer se realmente quiser reduzir o déficit fiscal e reverter o buraco no médio e longo prazos. Não se vê, no entanto, qualquer esforço claro e efetivo nesse sentido, pelo contrário, e o plano de revisão de gastos do Ministério do Planejamento e Orçamento continua em banho-maria, se é que já não morreu de vez.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Foco maior nos gastos com os mais pobres

**ALVARO GRIBEL, LAURA MULLER MACHADO E  
GABRIEL LEAL DE BARROS**

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou um novo marco fiscal, o Congresso votou uma **Reforma Tributária** cujas discussões se arrastavam há anos, mas o desafio de reequilibrar as contas públicas exige também uma revisão das despesas públicas e a busca por maior eficiência do Estado brasileiro.

A curto prazo, o novo arcabouço fiscal dependerá de um aumento de receitas. A **Reforma Tributária** vai simplificar o complexo sistema de **impostos** do país e melhorar a produtividade da economia.

É preciso avançar agora em uma agenda de melhoria da máquina pública, com redução de desperdícios, avaliam especialistas.

Depois de publicar uma série de reportagens sobre a gestão pública, O GLOBO convida agora especialistas das mais diferentes formações e visões para discutir como aprimorar os gastos do governo. Nesta primeira edição da segunda fase da série Estado Eficiente, a pesquisadora Laura Muller Machado, professora do Insper e autora de vários livros sobre programas sociais, e o economista Gabriel Leal de Barros, especialista em contas públicas, discutem os gastos com a parcela mais pobre da população brasileira.

As despesas totais do governo brasileiro em 2024 serão de R\$ 2,149 trilhões.

São gastos com Previdência, salários, investimentos.

E uma parcela desses dispêndios cresceu consideravelmente: os gastos sociais.

Antes da pandemia, o Bolsa Família recebia R\$ 32,8 bilhões por ano. Este ano, chegará a R\$ 146,4 bilhões, 346% a mais. O programa, na verdade, é apenas um de uma lista de várias frentes de programas sociais espalhados por diferentes ministérios e que têm um mesmo objetivo: ajudar brasileiros em situação de vulnerabilidade.

Auxílio-reclusão, auxílio- defeso, salário-família, auxílio-doença, Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial e bolsa qualificação são outros exemplos.

Pelas contas de Leal de Barros, os gastos totais com

transferências de renda pelo governo saltaram de 4,9% do **PIB** em 1997 para 11% do **PIB** em 2023. Excluindo as despesas com o Auxílio Emergencial durante a Covid-19, estamos no pico da série histórica.

Oeconomista avalia que falta ao governo centralizar as informações para combater fraudes e a concessão de mais de um benefício para a mesma pessoa: -O governo precisa do que nas empresas se chama CIO (chief information officer), ou seja, uma pessoa responsável por consolidar e unificar todas as informações. Isso já ajudaria muito a combater as fraudes e a concessão de mais de um benefício por pessoa.

Laura, autora do livro "Diretrizes para o desenho de uma política pública para a superação da pobreza", entende que a eficiência do gasto com programas sociais passa não só pela triagem mais focalizada entre os brasileiros que precisam, mas pela porta de saída dos programas: - Durante a pandemia, não havia vacinas para todos, e aprendemos a montar uma fila, ainda que com imperfeições.

Com os programas sociais, é preciso fazer o mesmo, definir a ordem de prioridades.

\*

É preciso porta de saída direcionada

Deixar de consumir os programas sociais também é parte do direito de cada brasileiro que recebe o benefício

LAURA MULLER MACHADO é professora do Insper. Graduada em Administração e mestre em Economia Aplicada pela USP

O Brasil tem um leque de programas sociais gigantesco e diversificado, mas sem conexão entre eles e sem estratégia bem definida. O país trata a transferência de renda como um componente indispensável para a redução da desigualdade, mas ela não é suficiente, e muito menos central, para atingir esse objetivo.

A transferência de renda dá alívio a quem vive na pobreza e assegura o mínimo para a subsistência. Mas é preciso uma porta de saída direcionada e que atenda às necessidades específicas de cada família. A efetiva superação do problema só ocorre quando a renda gerada pela família supera a linha da pobreza.

Deixar de consumir os programas sociais também é parte do direito de cada brasileiro que recebe o benefício.

Quando um paciente chega a um hospital, ele recebe um analgésico para a dor. O programa de transferência de renda é como esse remédio, que atua na emergência.

Mas é preciso a análise de um clínico geral, alguém que seja capaz de identificar com precisão a doença para receitar o tratamento e superar o problema. E é justamente isso que o país não tem. Damos o remédio, por meio de programas como o Bolsa Família, mas não conseguimos ir além e curar a doença.

O Bolsa Família, embora represente uma evolução na comparação com o programa anterior, Auxílio Brasil, ainda tem falhas que precisam ser corrigidas. Uma delas está no próprio critério para o valor de concessão do benefício.

Hoje, se a renda per capita da família é menor que R\$ 218, ela pode entrar no programa. E cada membro da família recebe R\$ 142, mas com um piso de R\$ 600.

Um casal sem filhos, portanto, ganha R\$ 600, ou R\$ 300 cada um. Já um casal com dois filhos ganha R\$ 600, mais um adicional de R\$ 150 por criança. Essa família então receberia R\$ 900 no total, o que daria R\$ 225 por pessoa. Ou seja, quem tem filho recebe menos, do ponto de vista per capita, do que quem não tem filhos.

A mensagem para as pessoas é: "Tenha menos filhos. Com mais filhos, ganha menos." O ideal é que não houvesse piso, mas fosse atrelado apenas ao valor per capita.

Há uma desigualdade já na concessão do benefício. Se o país quer beneficiar alguma faixa específica, pode dar um valor maior para esse grupo.

A porta de saída passa pelo fortalecimento dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). Temos 9 mil agentes espalhados por todo o país, com capacidade para entrar em cada residência, conversar com cada família e fazer o diagnóstico do que cada uma precisa. É preciso dar mais poder para os Cras. Os assistentes sociais são formados e treinados para identificar a necessidade de cada família.

Se aquela família é uma mãe solteira, com uma criança pequena e sem acesso a creche, o assistente social vai atuar para conseguir uma vaga. Se é um idoso que não tem acesso a água potável e esgoto, aciona os mecanismos para concessão de cisternas

de água.

Durante a pandemia, não havia vacinas para todos, e aprendemos a montar uma fila, ainda que com imperfeições. Com os programas sociais, é preciso fazer o mesmo, definir a ordem de prioridades.

Para que os pobres consigam efetivamente entrar no mercado de trabalho, é necessário que esse grupo receba assistência continuada e individualizada de agentes de desenvolvimento familiar e comunitário. Em parceria, eles devem formular e implementar planos de desenvolvimento e superação da pobreza. Via de regra, essas famílias precisam da garantia de uma renda mínima, de prioridade no acesso a uma série de bens e serviços e de assistência para conseguirem se inserir nos meios de produção.

Inteligência e estratégia levarão o país a ser mais eficiente com os gastos sociais.

Isso permitirá não só que se tenha melhores resultados, mas redução de despesas.

\*

Falta avaliar e cruzar dados

Governo acaba gastando mais para atingir o mesmo resultado.

É como dar um tiro de canhão para matar uma formiga

GABRIEL LEAL DE BARROS é sócio e economista na Ryo Asset e especialista em contas públicas

Ao mesmo tempo em que negocia com o Congresso a aprovação de medidas para aumentar a arrecadação, o governo precisa acelerar a agenda de corte de despesas. Parte disso passa pela maior eficiência dos gastos sociais, que continuam mal elaborados e mal avaliados, apesar de essa ser uma pauta de maior interesse de governos de esquerda.

Somente com o abono salarial, o governo federal tem espaço para economizar em torno de R\$ 20 bilhões por ano, com a melhor focalização do programa. Não faz sentido que um trabalhador que receba dois salários mínimos por mês seja elegível para ganhar o abono, que é uma espécie de 14º salário. Ele já está distante da pobreza. A redução da linha de corte para a elegibilidade, de dois salários mínimos para um, já traria essa redução bilionária nos gastos. Esse é, por exemplo, o quanto o governo espera arrecadar com o projeto de tributação dos chamados fundos exclusivos (fechados para alta renda) e offshore (no exterior).

A restrição do abono poderia ser feita de forma

gradativa, ano a ano. Ainda assim, seus efeitos sobre a economia seriam imediatos, porque o mercado iria trazer esses ganhos a valor presente, projetando menos déficit e menos endividamento público. A consequência seriam juros mais baixos pagos pelo Tesouro, queda das expectativas de **inflação** e mais crescimento econômico. Tudo isso ajudaria a reduzir a desigualdade no país, objetivo principal dos programas sociais.

Outro ponto importante é o cruzamento de dados entre os beneficiários dos programas para diminuir a sobreposição de benefícios.

Hoje, há casos de brasileiros que recebem até cinco benefícios diferentes, sem que o governo saiba que isso está acontecendo.

Um estudo do Banco Mundial estimou que de 10% a 20% dos benefícios sociais brasileiros são mal focalizados. Em uma conta conservadora, uma melhora de 10% nessas despesas poderia economizar outros R\$ 20 bilhões.

Por gastar mal, o governo brasileiro acaba gastando mais para atingir o mesmo resultado.

É como se precisasse dar um tiro de canhão para matar uma formiga.

A unificação dos programas sociais ajudaria a reduzir custos e a ampliar resultados.

Há muita fraude, por exemplo, no seguro-desemprego. Um cruzamento entre o número de pessoas que recebe esse programa e o número de pessoas que se declara pescador ao IBGE mostra que a discrepância é enorme. A checagem não é eficiente.

O caminho para isso é melhorar a digitalização de informações do governo federal.

O CadÚnico significa um grande avanço, mas está longe de atender às necessidades do Estado brasileiro. O governo permanece analógico em relação às próprias informações.

O Pix revolucionou o meio de pagamento no país e foi desenvolvido por servidores do Banco Central durante o período de isolamento na pandemia. Os sistemas do governo, por outro lado, não conversam um com o outro. O Dataprev reluta em passar informações, a Receita mantém os seus próprios dados, há informações em um ministério que não chegam ao próximo. Falta ao governo o que no setor privado seria chamado de chief information officer, um chefe que trabalhe para integrar todos os dados e informações.

Um órgão acha que vai perder prestígio e poder político se disponibilizar as informações para outros entes públicos. Essa é uma agenda que não depende do Congresso, pode ser conduzida pelo próprio Poder Executivo.

Mas não parece ser a prioridade.

Em 2017, o governo **Temer** economizou R\$ 17 bilhões com um pente-fino no auxílio-doença. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que revisão de benefícios do Bolsa Família já economizou cerca de R\$ 7 bilhões este ano. Esse é o caminho, mas é preciso acelerar essa agenda.

A melhor consolidação fiscal é aquela que corta gastos, de um lado, e aumenta receitas, de outro. Grosso modo, é como se a pessoa combinasse atividade física e dieta mais saudável para tentar perder peso. Não é essa a estratégia do governo brasileiro.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Tributária deve ter promulgação fatiada

**Renan Truffi, Fabio Murakawa, Julia Lindner e Caetano Tonet**

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse nessa quinta-feira que o governo trabalha para que o Congresso promulgue as partes da **reforma tributária** que foram aprovadas em consenso entre Câmara e Senado. Ele esteve reunido com o relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PPPB) para tratar do tema.

"O Aguinaldo nos informou que está concluindo a análise do texto aprovado no Senado, a discussão com equipe técnica, com consultores da Câmara, com a avaliação de ver como podemos trabalhar para a aprovação e promulgação o mais rápido possível do texto comum entre Câmara e Senado", disse.

O governo vai trabalhar ainda para que não haja mudanças significativas no texto aprovado pela Câmara e modificado no Senado, com exceção de emendas supressivas, que não atrasam a tramitação.

"O trabalho que o nosso Ministério das Relações Institucionais, Fazenda e o relator da **reforma tributária** vamos buscar junto aos líderes da Câmara, o presidente da Câmara, os líderes de todos os partidos que já aprovaram a **reforma tributária** na Câmara em dois turnos, é construir um texto que permita a promulgação o mais rápido possível", disse. "A meta do governo, e acredito que deve ser a meta do Congresso, é promulgar ainda neste ano a **reforma tributária**. A aprovação dela no Senado já gerou um crescimento de investimentos", afirmou o ministro.

Apesar da defesa do ministro, a articulação para promulgar apenas uma parte da reforma ainda não está definida. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o relator da **reforma tributária** na Casa, Eduardo Braga (MDB-AM), tiveram uma conversa no início da semana na qual constaram que o eventual fatiamento da matéria é pouco factível do ponto de vista técnico.

Ainda assim, Pacheco buscou deixar o tema em aberto nessa quinta, na tentativa de um entendimento com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Em conversa com jornalistas, Pacheco disse que ainda quer se reunir com Lira para tratar do assunto. O encontro, no entanto, não tem nem sequer data para ocorrer. Em paralelo, Braga também tem mantido as conversas com o relator Ribeiro, relator na Câmara.

"Vamos discutir. Pedi ao senador Eduardo Braga que sente com Aguinaldo Ribeiro. Obviamente que eu e o presidente Arthur Lira também vamos conversar a esse respeito. E vamos avaliar sob o ponto de vista técnico se é possível isso [fatiamento] ser feito", disse Pacheco à imprensa.

"Trata-se de uma **reforma tributária**, sistema tributário é uma engrenagem complexa, que às vezes um instituto depende de outro, por vezes você aprovar um e deixar de aprovar outro pode prejudicar. Mas é uma análise que vamos ter que fazer", acrescentou o presidente do Senado.

A **reforma tributária** foi aprovada em julho na Câmara e no início deste mês no Senado. O texto aprovado pelos senadores mantém a espinha dorsal da proposta, que prevê a unificação de PIS, Cofins, ICMS, ISS e IPI em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. No entanto, tem alterações significativas em relação à versão dos deputados, como o aumento do número de setores com direito a alíquota reduzida, ampliação e mudança nas regras de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) para compensar estados e municípios pelas perdas e novas regras para a cesta básica, prevendo agora uma diferenciação do incentivo de acordo com a região do país.

Na segunda-feira, Pacheco esteve com Braga para tratar do andamento da **reforma tributária** após a aprovação no Senado.

Na ocasião, segundo pessoas próximas, os dois concluíram que um eventual fatiamento na Câmara, como sugeriu Lira, seria difícil de ocorrer. O mais esperado é que os deputados suprimam alguns trechos do texto que discordarem.

A relação entre Pacheco e Lira voltou a ter atritos nas últimas semanas. Um deles envolve, novamente, o impasse sobre a instalação das comissões mistas de medidas provisórias (MPs). O tema tem gerado desconforto entre os senadores, que defendem maior protagonismo da Casa.

Recentemente, o assunto voltou à tona diante da falta de acordo sobre a MP que trata das subvenções a investimentos. Lira e os líderes da Câmara resistem à instalação do colegiado para analisar a matéria porque querem ter mais espaço na composição.

Pacheco e os senadores, por sua vez, defendem que as regras previstas na Constituição sejam cumpridas.

Sem entendimento, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou um projeto de lei (PL) para substituir a MP há cerca de três semanas. A medida é considerada fundamental para que o governo feche as contas em 2024.

"Vamos avaliar sob o ponto de vista técnico se é possível isso [fatiamento]" Rodrigo Pacheco

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# Lula e Pacheco discutem dificuldades no Senado

A votação da **reforma tributária**, ainda que favorável, foi vista como um sinal alerta das dificuldades do governo no Senado. O diagnóstico foi feito pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em conversa reservada com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), na segunda-feira (13).

O encontro, que ocorreu fora da agenda oficial, no Palácio do Planalto, serviu para Lula agradecer a Pacheco pelo resultado da deliberação. Mas, também, para que o presidente do Senado pudesse falar sobre a atual situação da base aliada na Casa, que não está em seu melhor momento.

De acordo com pessoas próximas aos chefes do Executivo e do Legislativo, Pacheco deixou claro ao presidente Lula que o governo não tem espaço para errar e precisará conversar constantemente com os senadores para acertar os próximos passos.

A mesma avaliação de Pacheco foi feita pelo líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

Wagner falou sobre o tema separadamente com Lula e com o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, ao longo desta semana em outros momentos.

Uma das ideias que passaram a ganhar força no governo é Lula organizar uma confraternização no Palácio da Alvorada, até o fim do ano, para receber os senadores e reforçar essa aproximação.

Outra possibilidade ventilada seria ter algum ex-senador na equipe de Padilha que pudesse ajudar no diálogo com a Casa.

Em julho, Lula recebeu uma comitiva de deputados no Alvorada após a aprovação da **reforma tributária** na Câmara. Na época, o presidente compartilhou que o encontro ocorreu para "agradecer pelas importantes votações". Estiveram presentes o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), o relator da matéria, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e representantes de 13 partidos.

Alguns senadores da base aliada ouvidos pelo Valor reclamam da "falta de atenção" do governo.

Uma das críticas é sobre a atuação de Padilha que, por ser deputado licenciado, teria maior proximidade

com a Câmara.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Vanderlan Cardoso (PSD-GO), cobra abertamente que o governo aumente o diálogo com os senadores.

"Na CAE, tudo que o governo precisou foi aprovado. O Senado está entregando, mas o governo tem que ficar mais atento, dar mais atenção ao Senado, dialogar mais", pontuou o senador ao Valor.

O parlamentar goiano elogiou a atuação do líder do governo no Senado, Jaques Wagner, mas disse que vê o colega "solitário" na articulação pela defesa dos projetos de interesse do Executivo.

Além disso, há uma avaliação de que o resultado da **reforma tributária** foi muito mais fruto do esforço de parlamentares da base do que do governo. Eles alegam que, durante a tramitação na Câmara, o Palácio do Planalto liberou mais emendas, enquanto neste caso a vitória foi fruto "da política" e de negociações em relação ao teor do texto. A votação, por 53 votos a 24, teve algumas reviravoltas de última hora.

Uma das surpresas foi a ausência do líder PDT no Senado, Cid Gomes (CE), no dia da votação da reforma. Cid estava viajando na ocasião. Outra ausência sentida foi a do senador Irajá (PSD-TO), que, apesar de compor a base, preferiu não votar por ser contrário à matéria.

A mudança de posição do líder do Republicanos, Mecias de Jesus (RR), também surpreendeu, assim como a líder do PP, Tereza Cristina (MS), e do senador Hiran Gonçalves (PP-RR).

Em função das mudanças de posicionamento na reta final, aliados do governo correram para conseguir novos apoios para garantir o número mínimo - eram necessários pelo menos 49 votos para a aprovação. Um deles foi o do senador Eduardo Gomes (PL-TO), que, enquanto líder do governo Jair Bolsonaro (PL), defendeu a **reforma tributária** diversas vezes.

Desta vez, Bolsonaro estava contra a proposta e orientou a bancada do PL a seguir o seu posicionamento.

(JL e RT)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# Reindustrialização do país passa pela economia verde, sugere Dom Cabral

**Anais Fernandes**

O Brasil tem predicados para "surfear bem" na onda mundial de reconfiguração das cadeias globais, baseada não apenas em novas questões de proximidade, mas também em demandas climáticas e geopolíticas. Diante desse cenário, o país pode atrair investimentos e até reativar sua indústria, mas, para isso, o governo vai precisar saber atacar os problemas corretos, avaliam professores da Fundação Dom Cabral (FDC) em apresentação ao Valor.

"A grande questão é que, para se integrar nessa reconfiguração, precisamos fazer o dever de casa", diz Bruno Carazza, professor associado da FDC e colunista do Valor.

Para ele, investimentos podem vir até "naturalmente" para o Brasil, sem precisar do "empurrão" do governo, pela própria estratégia de descarbonização de multinacionais ou pela busca de acesso a fontes de energia mais baratas e limpas. "O ponto é o que o governo pode fazer para impulsionar esse processo", diz.

Nesse sentido, a gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem trabalhado em duas frentes, aponta Carazza. Uma é a ideia de "neointustrialização", que tem como figura forte, segundo ele, o BNDES e seu chefe, Aloizio Mercadante. A outra é o plano de transformação ecológica, com instrumentos de mercado, capitaneado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Olho para essas duas frentes e vejo uma questão de fundo, que é - da mesma forma que a gente não se beneficiou da formação de grandes cadeias globais de produção nos últimos 30 anos - uma indústria voltada para um mercado doméstico que se mostrou pouco dinâmico", diz Carazza.

Além de um país fechado em relação ao resto do mundo, Carazza cita como problemas a logística ineficaz, o sistema tributário caótico, as taxas de juros elevadas em função do desequilíbrio fiscal e a mão de obra pouco qualificada.

"Temos problemas estruturais que precisam ser sanados e que não estão na pauta. A atuação dos governos nas últimas décadas foi, na verdade, de

conceder benefícios a diversos setores da economia para compensar essas falhas. Quando vejo as discussões sobre neointustrialização ou transformação ecológica, não vejo uma visão muito determinada do governo de atacar essas causas estruturais", afirma Carazza. O governo "tem todo um conjunto de medidas, mas ainda vejo pouca clareza onde quer chegar", diz.

Pelos textos, documentos e debates que a equipe econômica tem produzido a respeito da neointustrialização, parece haver a perspectiva de reviver a indústria brasileira de acordo com o contexto atual, aponta Carlos Primo Braga, professor associado da FDC. "O foco é colocado principalmente nas questões da revolução tecnológica digital e da transição energética."

O temor, diz Braga, é que se trate de "old wine in a new bottle" (vinho velho em garrafa nova), isto é, "políticas industriais com feitiço novo, mas revivendo ideias antigas", afirma.

"Preocupa a gente não saber dar os incentivos certos. Estados, por exemplo, estão concedendo benefícios para a compra de carros elétricos, o que é até regressivo do ponto de vista social", diz Carazza. "Tenho muitas dúvidas sobre esse processo e me incomoda o fato de a gente estar, eventualmente, voltando com velhas receitas que não deram o resultado esperado, concebidas da mesma forma, nesses "conselhos", sem avaliação prévia, com risco de captura grande pelos setores."

A "onda rosa" (guinada à esquerda em governos da América Latina nos anos 2000), observa Braga, está de volta no mundo como um todo, e políticas industriais se tomam, de novo, "a bola da vez", afirma. "Mas, no caso brasileiro, precisamos prestar atenção às particularidades. Onde os esforços do governo podem fazer diferença é na questão da produtividade do trabalho. No setor industrial, a produtividade cresce menos de 1% ao ano desde a década de 1980, enquanto no agro avança acima de 4%", diz Braga. "Não é surpresa que a gente tenha esse desequilíbrio de encolhimento da indústria e expansão do agronegócio."

Outro ponto, diz, é o custo de se fazer negócio no Brasil. Nesse sentido, havia boas expectativas de

melhora a partir da **reforma tributária**, mas isso "parece estar indo por água abaixo com vários setores pagando meia-entrada", afirma Braga, em referência à ampliação de regimes especiais.

Para fazer a transição a que o governo parece se propor "não tem bala de prata", diz o professor. "Leva tempo, são políticas de longo prazo e horizontais, em termos de melhoria da educação, da infraestrutura, dos custos de negócio. Não vai ser um governo que vai reverter o processo de desindustrialização", afirma.

Carlos Penteado, coordenador do centro de referência em ESG da FDC, aponta que a reformulação das cadeias produtivas se dará também na busca por locais "politicamente viáveis e com pegada de carbono mais leve". Nesse sentido, diz, o Brasil tem uma "oportunidade enorme".

"O Brasil tem suas vocações. Cerca de 15% do espaço disponível para reflorestamento no mundo, por exemplo, está aqui. Podemos ser o primeiro país a fazer a transição energética até 2040 se houver o direcionamento certo", afirma.

Dinheiro no mundo não falta. Para cada três dólares sob administração profissional (privada) investidos, um já tem filtros ESG, diz Penteado, citando dados da Global Sustainable Investment Alliance. "Tem um monte de dinheiro lá fora. Precisamos tratar decentemente o capital estrangeiro, porque ele virá. Tem oportunidades na mesa que o mercado privado já identificou e está buscando no Brasil que se impõem", afirma.

Para Braga, "não tem poupança externa", no entanto, que vá resolver problemas estruturais do Brasil como o da educação. O governo, diz, deveria prestar mais atenção em parcerias com o setor industrial para orientação à educação técnica. "É algo que leva tempo, mas nós temos no Brasil uma longa tradição de não privilegiar o ensino técnico", afirma. "Acho que estamos muito bem posicionados, muitos investimentos virão naturalmente, mas se o empurrão do governo vai ser dado na forma correta é algo que me preocupa bastante", reforça Carazza.

"Não é surpresa que a gente tenha esse desequilíbrio de encolhimento da indústria e expansão do agronegócio" Carlos Primo Braga

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231116/>

# Carga de tributos e encargos sobre setor elétrico foi de 48,1% em 2022, mostra estudo

Rio - A carga de **tributos** e encargos setoriais sobre o setor elétrico chegou a 48,1% do total da receita bruta das empresas em 2022, aponta estudo da consultoria PwC encomendado pelo Instituto Acende Brasil. Considerada excessiva pelos pesquisadores, essa é a quarta maior carga verificada pelo levantamento anual desde 1999, que apontou um pico de 51,6% em 2015.

A expectativa dos consultores é que a **reforma tributária**, em tramitação no Congresso, imponha um freio aos **impostos**, mas o histórico de alta nos encargos setoriais deve permanecer como uma sombra ao desenvolvimento do setor e à redução de preços.

O levantamento anual da PwC mostra que em 2022 só a carga consolidada de **tributos** ficou em 32,9%, redução de 2,7 pontos percentuais na comparação com o ano anterior (35,6%). Isso se deve essencialmente ao rebaixamento do ICMS em junho de 2022, que passou a respeitar a essencialidade do serviço definida em lei. Com isso, a incidência média dos **tributos** estaduais caiu de 21,2% para 17,8%.

Mas essa redução foi mais do que anulada pela alta nos encargos setoriais, que saltaram de 10,4% em 2021 para 15,2% em 2022 e elevaram a carga geral do setor. Essa alta dos encargos foi puxada pelo aumento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), cujo orçamento de arrecadação e destinação é definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

O estudo da PwC considerou as cargas tributária e de encargos setoriais arrecadadas por 45 empresas do setor elétrico brasileiro, o equivalente a 70% do mercado de geradoras, transmissoras e distribuidoras. Ao todo, foram considerados sete tipos de **impostos**, entre federais, estaduais e municipais, além de 11 encargos setoriais diferentes.

O cálculo básico da carga total envolve a divisão da soma dos valores nominais de **tributos** e encargos (numerador) pela soma das receitas operacionais brutas na venda para o consumidor final das empresas (denominador).

Em 2022, ao todo, os **tributos** e encargos das 45 empresas pesquisadas somaram R\$ 108,3 bilhões, 2,1% acima de 2021, ante uma receita total de R\$

224,9 bilhões, que caiu 2,5% na comparação com o exercício anterior. O aumento da arrecadação de **tributos** e encargos, devido à alta da CDE, associado à redução da receita levou ao salto na carga total sobre o setor.

A PwC aponta que a queda das receitas de um ano para outro se deve sobretudo às distribuidoras, que encerraram as cobranças de bandeiras tarifárias ainda em maio de 2022. Além disso, destacam os pesquisadores, a queda das receitas das distribuidoras, e tão logo, da sua arrecadação, também se deve à estagnação do consumo entre consumidores regulados, que caiu de 43.386 MW médios em 2021 para 42.769 MW médios em 2022.

O fenômeno está ligado ao crescimento da geração distribuída, cuja capacidade instalada aumentou de 9,5 GW para 16,3 GW na passagem de um ano para outro, assim como à migração de consumidores para o mercado livre (no qual os consumidores podem escolher o seu fornecedor, diferentemente do mercado regulado), que passou a responder por 36,4% do consumo de eletricidade em 2022 ante 34,5% em 2021.

Com essa redução no consumo, queda do ICMS e fim da bandeira de escassez hídrica, as distribuidoras viram sua participação na arrecadação total do setor cair cinco pontos percentuais, de 73% para 68% (R\$ 73 bilhões) na mesma base de comparação, enquanto geração e transmissão responderam por 26% (R\$ 27,5 bilhões) e 7% (R\$ 7,8 bilhões) da arrecadação total do setor em 2022 respectivamente.

Principal vetor da carga total em 2022, a CDE viu sua participação sobre a receita total do setor elétrico avançar 4,9 pontos percentuais, saltando de 8,5% em 2021 para 13,4% em 2022. Este é o maior patamar da série, que nos últimos anos foi marcada por alternâncias na casa dos 2 pontos percentuais.

Em 2022, o aumento de despesas foi decorrente do custeio de descontos tarifários concedidos à transmissão de fontes incentivadas; tarifa social; carvão mineral; e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), disseram os pesquisadores.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/carga-de-tributos-e-encargos-sobre-setor-eletrico-foi-de-481-em->

**2022-mostra-  
estudo,0ce43b4653b691b7fe54398e8c0b2f1f6ekgckfa.ht  
ml**

# Último dia para deputados apresentarem as emendas

## ANA MENDONÇA

Termina hoje o prazo para que deputados federais de todo o país apresentem emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Assim termina também uma maratona de visitas aos gabinetes dos parlamentares por prefeitos, vereadores, secretários e lobistas de vários setores, todos em busca de recursos e obras para seus municípios. Nos gabinetes dos deputados, o entra e sai tem sido ainda mais frenético, já que o estado tem o maior número de municípios do país. Este ano, a movimentação nos gabinetes é maior devido à nova política do governo Lula, que muda a forma de destinação das emendas.

No Brasil, os congressistas têm poder decisivo sobre parte dos recursos orçamentários. Com quase 95% do Orçamento da União comprometidos por despesas obrigatórias - como salários do funcionalismo e benefícios previdenciários -, as emendas tornaram-se a ferramenta principal para deputados e senadores influenciarem os gastos públicos, direcionando verbas para suas bases de apoio.

No passado, a liberação desses recursos era usada pelo governo para angariar apoio no Congresso. Mas, a partir de 2015, Câmara e Senado iniciaram um movimento para assumir o controle dessa parcela do Orçamento. Inicialmente, tornaram-se obrigatórios os pagamentos das emendas individuais, representando recursos para obras, projetos ou instituições. Em seguida, surgiram as emendas de bancada, de autoria coletiva, extinguindo o protagonismo individual.

Neste período, o valor das emendas também cresceu significativamente, saindo de R\$ 5,2 bilhões em 2015 para R\$ 44 bilhões em 2020 e R\$ 37,9 bilhões em 2021, em valores atualizados. Um avanço relevante do Parlamento sobre os recursos orçamentários foram as emendas do relator, alimentando o "orçamento secreto", distribuído pelas lideranças do Congresso sem transparência nem critério técnico. O Supremo Tribunal Federal (STF) as eliminou no último ano, porém as emendas parlamentares totalizaram R\$ 26,7 bilhões em 2022 e devem chegar a R\$ 27,7 bilhões este ano.

Com a posse do presidente Lula em 2023 e a intenção de dialogar com o Congresso Nacional, uma nova política foi instaurada. Agora, os deputados e

senadores são obrigados a executar emendas de comissão, que podem ser propostas pelo presidente da República, um terço dos deputados federais e senadores. O Parlamento ainda deve criar emendas de partido, assinadas por todos os parlamentares de uma legenda. Na nova LDO, cada bancada estadual, comissão permanente e parlamentar pode apresentar até três emendas, um aumento significativo que desperta interesse de prefeitos, vice-prefeitos, secretários e vereadores.

## Maratona de prefeitos

Rafael Freire (PSB), prefeito de Alpinópolis, no Sul de Minas, resalta a importância das emendas parlamentares. Segundo ele, em municípios menores, como o seu, a receita é limitada. "Dependemos dos **impostos** federais e estaduais, bem como do FPM [Fundo de Participação dos Municípios] para sobreviver. Por isso, é crucial buscar apoio junto aos deputados e senadores para viabilizar emendas parlamentares e recursos adicionais, permitindo investimentos além do essencial", afirmou.

O chefe do Executivo disse também que sua gestão é baseada na "atuação política, diálogo e no respeito institucional", sempre utilizando a diplomacia ao lidar com os parlamentares. "Não encaro a política de maneira radical. Para mim, qualquer deputado ou senador que queira destinar recursos para o município, independentemente de sua ideologia, será bem-vindo, afinal, estão beneficiando a cidade, não a mim. No entanto, acredito que o movimento deveria ser reverso. Em vez de os prefeitos irem a Brasília, é Brasília que deveria vir até os prefeitos."

Alpinópolis recebeu quase 20 milhões de emendas parlamentares entre 2021 e 2022, considerando os repasses estaduais e federais. "Isso nos permitiu transformar a realidade do município, realizando obras aguardadas há anos, como drenagem pluvial, recapeamento e calçamento de vias públicas, construção de complexo esportivo, reforma de praças, cirurgias e exames médicos, renovação da frota de veículos, programas para o setor rural, aquisição de maquinários, entre outras melhorias significativas para a população."

Da mesma forma, o prefeito de Iguatama, no Centro-Oeste de Minas, Lucas Vieira (Solidariedade), também

afirmou que as emendas parlamentares são essenciais para cidades pequenas. Para Lucas, visitar Brasília para buscar emendas possibilita um contato direto com os parlamentares, facilitando a negociação e obtenção de recursos para os municípios. "Ao estar em Brasília, podemos apresentar as demandas do município, explicar a importância dos investimentos solicitados e mostrar como podem contribuir para o desenvolvimento local. Além disso, estar lá permite acompanhar de perto o processo de tramitação das emendas parlamentares, desde sua apresentação até a liberação, possibilitando intervir, se necessário, para agilizar o processo."

Lucas enfatizou que estar na capital do país permite uma aproximação com autoridades e parlamentares, facilitando as negociações. "Tenho excelentes relações com deputados e senadores. Ter um bom relacionamento com eles é fundamental para obter sucesso na conquista de emendas. Normalmente, os municípios menores têm um deputado majoritário que direciona emendas para a cidade, mas é crucial manter boas relações no Congresso Nacional, pois outros parlamentares também podem destinar recursos para o município."

Já o vereador de Brumadinho, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Gabriel Parreiras (PRTB), destacou que ir a Brasília é "fundamental, estabelecer um bom relacionamento pessoal, olho no olho com aqueles que podem realmente ajudar." "Para a minha cidade, a participação dos deputados federais é extremamente necessária, e é por meio desses encontros e conversas que conseguimos viabilizar emendas parlamentares", explicou.

#### Nova metodologia

Três deputados da bancada mineira compartilharam como tem sido o cotidiano em Brasília. O deputado Hercílio Diniz (MDB-MG) destacou a metodologia diferente do governo Lula. "Em sua maioria, recebo lideranças políticas, como vereadores, prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais, para discutir emendas. Este governo adota uma metodologia um tanto diferente do que eu já havia encontrado", afirmou.

"Anteriormente, tínhamos predominantemente emendas impositivas, pessoais e emendas positivas de bancada. Essas verbas eram direcionadas tanto para o município quanto para ministérios específicos. No entanto, o governo atual está indicando uma abordagem distinta. Agora, a ênfase recai significativamente no papel do prefeito e do líder municipal para desempenhar suas funções." completou Diniz, que é secretário nacional do MDB. Segundo ele, as alterações na Lei de Diretrizes

Orçamentárias podem ser um "baque" em Brasília. De acordo com ele, o maior pedido de emendas no seu gabinete é de recursos para a saúde, em seguida, infraestrutura.

A deputada Ana Pimentel (PT-MG) afirmou que as visitas de prefeitos e vereadores são constantes, principalmente da Zona da Mata, seu reduto eleitoral. Ela destacou o foco no planejamento nos últimos meses, resultando no aumento de entidades e hospitais em busca de emendas. "Meu gabinete tem sempre pão de queijo e café, como uma boa mineira. Este momento é de mais forças de pessoas na Casa. Gosto de pensar que a finalidade de emendas não é a única função do meu espaço em Brasília. O que eu almejo é que o gabinete seja esse espaço mesmo de encontro de movimentos sociais. As portas estão sempre abertas", afirma. A deputada elenca a saúde como principal pedido de emenda. Em seguida, a educação.

O deputado federal Domingos Sávio, presidente do PL de Minas, também relata um aumento nas visitas, especialmente às terças, quartas e quintas - o que já é comum em Brasília, já que estes são os dias que os parlamentares estão presentes na Câmara dos Deputados - recebendo prefeitos de todo o estado com demandas, principalmente em saúde. "Recebo prefeitos de todo o estado à procura de emendas. Já se tornou uma ação cotidiana. São oito mandatos de vida pública. E venho recebendo mais visitas com demandas principalmente em saúde. Prefeitos, vereadores, representantes de Santas Casas, de sindicatos rurais, de cooperativas são as figuras mais frequentes no gabinete", explicou.

Domingos Sávio ressaltou ainda a preparação de uma equipe especializada para atender prefeitos e vereadores, enfatizando a intensidade do trabalho, que se estende até as 22h em dias de sessões. "Preparei uma equipe em Brasília especialista em receber as pessoas. Então, além de mim, tenho esse pessoal, que atua diariamente. Tenho uma pessoa que cuida da minha agenda, outra que acompanha os prefeitos e lideranças nos ministérios e órgãos públicos quando não posso fazer pessoalmente, mas sempre que posso, estou presente. Também tenho alguém responsável pelas emendas parlamentares e convênios para prefeituras, e outra que cuida da área de comunicação. Enfim, é muito dinâmico. Trabalhamos de forma intensa", contou.

#### Prorrogação

O presidente do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), prorrogou na última segunda-feira o prazo para que os parlamentares apresentem emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias em um

dia. Inicialmente previsto para encerrar ontem, o prazo foi estendido até as 16h de hoje. A entrega do relatório final está marcada para o dia 20 e a votação deve ser feita até o dia 24 deste mês. O relatório da LDO preliminar, aprovado na semana passada com déficit zero, está sujeito a uma possível emenda de reajuste na meta fiscal, conforme mencionado pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, durante conversa com o relator Danilo Forte (União-CE). Em um almoço com empresários em São Paulo na sexta-feira passada (10/11), o relator da LDO destacou que o governo vive "num limbo entre o populismo econômico e o pragmatismo".

Paralelamente, as 17 comissões permanentes do Senado estão definindo as emendas que encaminharão ao projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024, que está em análise na Comissão Mista do Orçamento, antes de ser votado pelo Congresso Nacional. As definições das emendas continuam na próxima semana: os colegiados têm até 23 de novembro para enviá-las. Para as emendas de comissão, não existem recursos financeiros previamente reservados. Essas emendas têm que estar no âmbito das competências regimentais de cada comissão e também devem representar interesse nacional, devidamente demonstrado na justificativa de cada uma delas.

**Site:**

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/17/11/2023/p1>

# Fraude de R\$ 25,2 bi leva Americanas a um prejuízo de R\$ 12,9 bi em 2022

**ALTAMIRO SILVA JUNIOR MATHEUS PIOVESANA  
CYNTHIA DECLOEDT**

Onze meses após a divulgação de um dos maiores escândalos contábeis do País, a Americanas divulgou ontem o seu balanço de 2022. Com prejuízo de R\$ 12,9 bilhões, depois de perdas de R\$ 6,23 bilhões em 2021, e dívida líquida de R\$ 26,28 bilhões, salto de 85% em um ano, a empresa reconheceu um rombo de R\$ 25,2 bilhões como resultado de fraudes. O balanço, que foi divulgado depois de quatro adiamentos, saiu sem o aval da BDO RCS, empresa de auditoria contratada pela Americanas para fazer a análise dos seus números.

Segundo afirmou a auditoria em relatório que acompanhou os resultados, diante do "contexto de incerteza relevante de continuidade operacional" da varejista, que está em recuperação judicial desde meados de janeiro, "não resta outra opção aos auditores que uma abstenção de opinião enquanto a companhia não aprovar seu plano (de recuperação)". Além do trabalho da auditoria, a Americanas está na mira de processos administrativos na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de investigações do Ministério Público Federal.

Em uma apresentação com 31 páginas, a Americanas reconstituiu como se deram as fraudes, feitas por meio do "risco sacado", um tipo de empréstimo com bancos. Concluiu dizendo ter sido vítima de uma "fraude sofisticada, baseada na manipulação dolosa de seus controles internos por parte de sua antiga gestão" - que tem negado qualquer responsabilidade pelo rombo financeiro.

"MANIPULAÇÃO DOLOSA". Após a apresentação, o CEO da varejista, Leonardo Coelho, acusou a antiga diretoria de "manipulação dolosa". "O que aconteceu é manipulação dolosa dos controles internos da companhia, e isso não tem a ver com métricas de desempenho, mas com caráter daqueles que deveriam ser os maiores defensores da Americanas", disse Coelho. "A Americanas tinha uma estrutura de governança certificada por todas as principais (entidades) do mercado brasileiro e internacional. Não estava no Novo Mercado (da Bolsa de Valores) de graça, tinha uma estrutura de governança." No pregão de ontem, o papel subiu 6,25%, mas valendo apenas R\$ 0,85.

Apesar da recusa dos auditores, o conselho fiscal da Americanas decidiu aprovar as demonstrações financeiras. Segundo o comando da varejista, como o seu plano de recuperação judicial ainda não foi aprovado, a companhia de auditoria teria mesmo de se abster.

Falando a analistas, a diretora financeira da Americanas, Camille Faria, garantiu que os números publicados foram todos auditados, os de 2021 e de 2022. "Vocês vão ver que houve uma abstenção de opinião, que está essencialmente ligada ao fato de a companhia estar em recuperação judicial." REFERÊNCIA. Os balanços divulgados ontem são considerados essenciais pelos credores, para que eles possam decidir se aprovam ou não as condições propostas para a recuperação da companhia.

O último balanço divulgado pela Americanas havia sido o do terceiro trimestre de 2022, em que reportou perdas de R\$ 447 milhões em nove meses, valor seis vezes maior que o do mesmo período de 2022.

O endividamento no final de setembro do ano passado, segundo o demonstrativo, era de R\$ 5,3 bilhões, número quase cinco vezes menor do que o revelado agora para todo o ano de 2022.

Conforme os dados divulgados ontem, o lucro operacional (Ebitda, que é o lucro antes do pagamento de **impostos** e amortizações) foi negativo em R\$ 2,9 bilhões em 2022, enquanto a companhia terminou o ano com R\$ 2,5 bilhões em caixa. A receita líquida, de R\$ 25,809 bilhões, cresceu 14,6% em um ano.

ACORDO. Com os números do balanço publicados, a prioridade da direção agora é tentar chegar a um acordo com os credores para salvar a varejista. As demonstrações contábeis são peça essencial para avaliação da viabilidade operacional da empresa, segundo especialistas.

Após o rombo, revelado em 11 de janeiro, a publicação do balanço de 2022 havia sido anunciada para março. Foi postergada para agosto, em seguida, para outubro, e depois para 13 de novembro. Na madrugada do dia 13, foi novamente adiada para ontem.

Já a troca de auditores da Americanas ocorreu em junho.

A BDO entrou no lugar da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que era responsável por auditar as contas até então.

Camille informou ainda que a empresa decidiu não fazer revisão dos balanços anteriores a 2021. "Quanto mais para trás for a revisão, mais difícil corrigirmos." De acordo com o CEO da Americanas, um novo plano de cargos e salários, mais aderente ao varejo, está sendo desenhado para implementação até o fim do ano. Além disso, há ainda em curso um redesenho da remuneração variável dos executivos e que se tornará oficial nas próximas semanas.

Com a publicação dos dados de 2022 e de 2021, Camille disse que a equipe da Americanas vai mergulhar no balanço de 2023, e a ideia é divulgar os números até fim do ano. Para avaliar melhor os impactos da fraude em suas operações, a nova gestão informou que fará em uma próxima etapa a reapresentação dos resultados trimestrais de 2022, o que deve ocorrer quando for reportar os números trimestrais de 2023.

3 perguntas para...

Leonardo Coelho CEO da Lojas Americanas

Os números de 2023 podem provocar mudanças no plano de recuperação?

Não vai mudar, não tem a capacidade de mudar nada das discussões.

Todo o plano de recuperação está ancorado nas demonstrações financeiras de 2021 e 2022, que tínhamos a obrigação de apresentar para que o mercado tivesse a segurança de que a fraude estava toda ali dentro.

Os credores estão totalmente de acordo com as condições do plano?

A minha experiência diz que totalmente de acordo eles só vão estar quando fizerem a votação na assembleia (geral de credores).

Tirando esse conservadorismo quase que profissional, a conversa com todos eles tem sido bastante boa nas últimas duas semanas, e estamos chegando a um formato final.

As divergências relativas a valores e condições de pagamento dos credores já estão pacificadas com os grandes bancos?

Está pacificado, e na assembleia, por tudo o que temos hoje, o plano vai ser ratificado pelos credores. Obviamente, dentro de uma recuperação judicial não se consegue pagar a todo mundo, então, obviamente que tem gente que não foi contemplada com o melhor desenho possível.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Meta de déficit zero será mantida até março

**CAMILA TURTELLI, ALICE CRAVO, SÉRGIO ROXO,  
ALVARO GRIBEL E BERNARDO LIMA**

O governo federal decidiu manter a meta de zerar o rombo das contas públicas no ano que vem pelo menos até março, quando será apresentado o primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas.

O anúncio foi feito depois de uma reunião no Palácio do Planalto entre integrantes do governo e o relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado federal Danilo Forte (União-CE), em que se admitiu também a possibilidade de um bloqueio de recursos de até R\$ 53 bilhões para garantir que o alvo seja atingido.

A decisão vem depois de uma disputa interna no governo sobre permitir ou não um déficit no que vem. A manutenção da meta é considerada uma vitória da ala liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que sempre defendeu esse objetivo. Já o ministro da Casa Civil, Rui Costa, era o principal defensor da mudança na meta agora.

Ao confirmar o déficit zero para 2024, o relator não descartou, porém, uma mudança no futuro.

- (O governo) Tirou qualquer possibilidade de emenda ao relatório, qualquer mensagem modificativa com relação ao que está sendo decidido, e a preservação do arcabouço fiscal - afirmou Forte. - A possibilidade de revisão (da meta) poderá advir de alguma mudança no futuro, mas no presente o governo manteve a meta fiscal zero.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou que "não há qualquer iniciativa do governo de alterar". Ele abriu a reunião dizendo que era uma decisão de governo manter a meta zero estipulada por Haddad.

- Não existe e não vai existir qualquer iniciativa do governo de alterar essa meta fiscal - disse Padilha, após o encontro.

MÍNIMO DE R\$ 23 BILHÕES Forte e Padilha se reuniram com Haddad, e as ministras do Planejamento, Simone Tebet, e da Gestão, Esther Dweck, além do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido- AP). A secretária executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, participou do encontro representando a pasta, já que Costa estava fora de Brasília - ela teria sido econômica nas

palavras, de acordo com presentes à reunião.

O governo tinha até hoje para decidir se mudava ou não a meta de déficit zero por meio de emenda à LDO ou mensagem modificativa.

Durante a reunião, integrantes do governo admitiram que são grandes as chances de contingenciamento (bloqueio) de recursos para o início do ano que vem. O valor, no entanto, é alvo de divergências.

As estimativas vão de R\$ 23 bilhões a R\$ 53 bilhões - limite permitido pelo arcabouço fiscal.

Haddad teria defendido um valor entre R\$ 23 bilhões e R\$ 26 bilhões e condicionado isso à aprovação dos projetos que estão no Congresso. Além do contingenciamento, foi colocada na mesa a possibilidade de revisão da meta no primeiro trimestre do ano que vem, caso haja clareza de que o objetivo de déficit zero vai levar a um bloqueio grande de recursos em 2024.

Uma das ideias foi que o contingenciamento atingisse de forma igualitária governo e Congresso. Ou seja, para cada R\$ 1 bilhão congelado nas contas do governo, o mesmo montante ficaria bloqueado em emendas parlamentares.

Uma outra sugestão nesse cenário de possível contingenciamento, diante da intenção do governo de proteger o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), é que emendas do Congresso sejam destinadas às obras.

Apesar da perspectiva de bloqueio de recursos, segundo participantes da reunião, Haddad se mostrou otimista com a aprovação de projetos em tramitação no Congresso capazes de ampliar a arrecadação e disse contar com o apoio dos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para que isso aconteça. Entre as principais medidas está o aumento de **tributos** federais para empresas que recebem incentivos de ICMS para custeio, com o qual o Executivo espera arrecadar R\$ 35 bilhões no ano que vem - o tema está parado na Câmara.

- O ministro Haddad é otimista - disse Forte.

ARGUMENTOS TÉCNICOS Em sua estratégia para convencer Lula a não mudar a meta agora, o ministro da Fazenda buscou evitar que a decisão fosse vista

como um embate direto entre ele e seu colega de Esplanada Rui Costa.

Em segundo lugar, Haddad direcionou as conversas com Lula para o quesito técnico.

Lembrou ao presidente que o PAC é calcado em investimentos privados, muito mais do que públicos.

E expôs os ganhos para a economia caso a meta de 2024 seja mantida, como a queda do dólar e dos juros.

Por fim, o ministro também tem pontuado que há negociações não só com o Congresso, mas com o Supremo Tribunal Federal, para aumento de arrecadação e corte de despesas.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Crise do câmbio na Argentina afeta exportações brasileiras

*Marta Watanabe e Alex Jorge Braga*

A instabilidade cambial resultante da corrida presidencial na Argentina acentuou a perda de espaço dos produtos manufaturados nas exportações brasileiras ao país vizinho. Os bens da indústria de transformação ainda predominam nas vendas para aquele que é o maior parceiro brasileiro comercial na América do Sul, mas as indústrias brasileiras apontam dificuldades maiores neste ano, dado por mais entraves burocráticos aos embarques e maior dificuldade de acesso a divisas pelas empresas argentinas.

De janeiro a outubro deste ano, os manufaturados representaram 91,1% dos embarques aos argentinos, fatia 1,6 ponto percentual abaixo da de 2022. Em 2019, há menos de cinco anos, a fatia era de 95,7%, considerando sempre os mesmos dez meses, segundo a Secretaria de Comércio Exterior. As comparações desconsideram os embarques de soja, que tiveram comportamento atípico em 2023 e lideraram este ano a exportação brasileira ao país vizinho.

Maior parceiro regional, com 5,3% das exportações brasileiras e terceiro lugar no ranking de todos os destinos do Brasil, a Argentina deve escolher seu próximo presidente neste domingo e a expectativa pelo resultado das urnas é compartilhada pelos brasileiros, apontam especialistas.

A Argentina atravessa um momento de crise e possui baixas reservas cambiais, o que levou o país vizinho a adotar uma postura mais protecionista, em que há várias taxas e embargos a produtos externos, diz Welber Barral, sócio da BMJ e ex-secretário de Comércio Exterior. "Além do controle cambial, o problema da Argentina são as estreitas licenças de importação, que afeta também as suas exportações, porque se tem altos **impostos** de importação." Igor Fink, economista e analista de inteligência de mercados da Abicalçados, que reúne a indústria calçadista brasileira, conta que desde o fim do ano passado os calçados, que historicamente contavam com licença de importação liberada automaticamente para entrar no mercado argentino, caíram no rol dos produtos com licença não automática. Isso significa que o produto espera a aprovação para ingressar na Argentina por prazo de até 60 dias.

Esse, explica Fink, é o prazo máximo estabelecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Mas os calçados brasileiros enfrentam uma espera muito maior. No último levantamento do setor, havia no início de outubro 584 mil pares de calçados à espera de liberação para entrar na Argentina. A demora, diz o economista, compromete a venda do produto, já que muitas vezes os calçados chegam às vitrines fora da temporada.

Após liberada a licença para o desembarque em território argentino, diz Fink, os desafios continuam, porque há prazo de 180 dias para o importador argentino acessar o mercado de câmbio, o que esbarra no desafio de conseguir comprar dólares.

Segundo Fink, os relatos de inadimplência entre os fornecedores brasileiros têm aumentado.

Nesse cenário, algumas indústrias brasileiras desistiram de vender calçados aos argentinos, ficando apenas as empresas maiores, que possuem parcerias comerciais de longa data e que têm maior fôlego financeiro. Isso, ao lado da concorrência com calçados da China e de países do Sudeste asiático, fez a participação do Brasil nas importações argentinas de calçados cair de 49% em maio deste ano para 39% atualmente. A perspectiva, estima Fink, é que ao fim do ano a fatia caia para 31%.

Edgard Dutra, diretor da Metalplan, indústria de bens de capital, diz que a empresa tem parceria com um distribuidor argentino de equipamentos que fornece máquinas também para a área de saúde.

Isso provavelmente favoreceu os embarques de compressores a ar fabricados pela empresa nos últimos anos, avalia. O mesmo distribuidor argentino também tem operações de exportação, o que deve facilitar o acesso a dólares.

Mesmo assim, Dutra conta que este ano enfrentou maior dificuldade para embarque ao país vizinho.

"O pedido do parceiro argentino entrou em maio e conseguimos finalizar a produção no início de julho. Aí começou uma novela e ficamos de agosto até quase fim de outubro sem conseguir embarcar as máquinas

para a Argentina", lembra. Houve, diz, várias dificuldades, como as burocráticas, que demandaram muitas reuniões entre os despachantes dos dois lados para validar a documentação necessária.

"E quando finalmente a documentação foi submetida à alfândega argentina, aconteceu algo que eu nunca havia visto em quase 25 anos de exportação. Pediram para remover itens porque o valor estava acima do que seria possível liberar", conta. "Tivemos que remover cerca de 10% do total de máquinas, que vão esperar uma nova leva de embarques." Apesar das dificuldades, Dutra diz que o mercado argentino se mantém importante para a empresa, com 30% da exportação. A empresa tenta intensificar embarques a Chile e Peru e planeja retomar vendas à Colômbia.

"No quadro atual o que a Argentina importa depende do que o governo quer importar. Por mais que o importador e o exportador tenham interesse em realizar o negócio, a falta de dólares impede", diz José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). "Os exportadores brasileiros aguardam o resultado das eleições para ter uma ideia da política que virá depois. Há também expectativa de que a safra argentina de milho e soja para o ano que vem não sofra a quebra que aconteceu este ano, o que fornecerá divisas à Argentina para importar." Com desempenho atípico de venda, a soja lidera este ano, de maneira inédita, o rol dos produtos exportados pelo Brasil à Argentina.

Dados do Mdic mostram que o embarque de soja subiu de US\$ 120 milhões em 2022 para US\$ 1,98 bilhão neste ano, considerando janeiro a outubro. O embarque atípico aconteceu por fatores conjunturais em território argentino.

O país sofreu uma estiagem com quebra de safra do grão, o que obrigou os argentinos a importar soja para honrar compromissos de exportação já firmados.

Para Castro, se não fosse a intensificação da crise cambial resultante da corrida eleitoral argentina, a exportação brasileira podia ter crescido até 40% em relação a 2022. Os dados do governo mostram que o Brasil exportou total de US\$ 14,9 bilhões aos argentinos de janeiro a outubro, com alta de 13,1% em relação a igual período do ano passado.

Mesmo após intensa corrida presidencial, as relações comerciais Brasil-Argentina não devem sofrer significativas alterações em 2024, avalia Barral. Em um pleito marcado pela polarização, ele diz que os candidatos não terão condições de fazer grandes mudanças na linha comercial do país.

Para ele, caso o candidato governista Sergio Massa

vença, a relação com o Brasil se manterá "fluída e amistosa". Já se o ultradireitista Javier Milei conquistar a vitória, as grandes mudanças prometidas durante a campanha terão muitas resistências devido a sua fraca base no Congresso argentino, explica Barral. O partido La Libertad Avanza conquistou somente 18 cadeiras no Parlamento.

Para Barral, a reabertura maior da Argentina às importações deve acontecer lentamente e dependerá muito do desempenho da economia. "É preciso fazer uma transição para mais abertura comercial, porém é necessário mais reservas internacionais. A diferença entre os dois candidatos vai ser a velocidade para uma abertura econômica." Já a relação diplomática entre os dois países pode sofrer mudanças com a eleição. Para Barral, caso Milei vença, as relações entre os dois países vizinhos tendem a ser mais frias, "como era na época entre os presidentes Alberto Fernández [da Argentina] e [do ex-presidente brasileiro] Jair Bolsonaro".

"Afundada em sucessivas crises há mais de 20 anos, a Argentina, tem possibilidade de reverter este quadro aproveitando as oportunidades e suprimindo as lacunas de sua produção", diz Barral. Para ele, o maior desafio do país vizinho é alcançar a estabilidade econômica, que pode, segundo ele, ser resolvida com ajustes. "É preciso cortar uma série de subsídios que existem e que têm um custo muito alto para o governo. Há também uma intervenção estatal exagerada entre vários aspectos da economia argentina, o que acaba gerando muita ineficiência." Mais Argentina na página A13

"Exportadores aguardam a eleição para ter ideia da política que virá" JoséAugustoCastro

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# PEC 45 e a promulgação de parte da reforma - OPINIÃO JURÍDICA

*Ana Cláudia Akie Utumi é sócia de Utumi Advogados, professora do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), da Universidade de Zurich e de cursos de pós-graduação*

As aprovações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº45 pela Câmara dos Deputados e pelo Senado foram um marco muito importante na mudança do sistema tributário brasileiro. Isso porque, como já muito divulgado, a PEC 45 implica a extinção dos atuais **tributos** sobre o consumo (PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS) ao longo de sete anos e a sua substituição por dois **tributos** sobre o valor agregado, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

No entanto, o texto aprovado pelo Senado não é idêntico àquele aprovado pela Câmara, de tal maneira que as alterações introduzidas pelo Senado terão que ser avaliadas e votadas pela Câmara, novamente em duas votações, com aprovação de três quintos dos deputados federais.

Dentre as alterações feitas pelo Senado, destacam-se (a) a inclusão de mais produtos e serviços em alíquotas reduzidas a zero (como o caso de automóveis para pessoas com deficiência), em 60% (exemplo - setor de eventos e alimentos destinados ao consumo humano), ou em 30% (serviços de profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística); (b) criação de regimes específicos para mais setores, tais como serviços de saneamento e concessão de rodovias; (c) inclusão de regime favorecido para hidrogênio verde; (d) alterações relativas ao Imposto Seletivo, com a determinação de incidência monofásica, exclusão do tributo de sua própria base de cálculo e exclusão de energia elétrica e telecomunicações do seu âmbito de aplicação; e (e) substituição do Conselho Federativo pelo Comitê Gestor, com limitações a suas competências. Assim, o Senado fez modificações importantes às regras constitucionais aplicáveis aos novos **tributos**.

As notícias recentes dão conta da possibilidade de o Congresso Nacional promulgar uma emenda constitucional com a parcela incontroversa, ou seja, a parcela da PEC 45 aprovada pela Câmara dos Deputados que não sofreu alterações no Senado. Em havendo a publicação como emenda constitucional do texto inalterado pelo Senado, essa emenda traria as

definições estruturais da PEC 45, que envolvem as definições de CBS/IBS e regras de transição, dentre outros dispositivos.

Do ponto de vista estrutural do IBS, para que houvesse a efetiva criação desse tributo, faltaria a legislação constitucional sobre o Comitê Gestor, entidade que terá a responsabilidade de regulamentar e administrar o tributo. Sem que haja as aprovações necessárias ao texto que cria o Comitê Gestor, a implementação do IBS fica comprometida. Assim, a proposta de texto constitucional sobre o Comitê Gestor é algo que muito provavelmente será objeto de aprovação pelo Congresso Nacional.

No entanto, como ficam as alterações feitas pelo Senado que não comprometem a estrutura do IBS, mas melhoram o ambiente de negócios para uma série de atividades, como o caso das que estabelecem alíquotas reduzidas ou permitem a criação de regimes tributários especiais? Essas alterações, para que entrem em vigor como emenda constitucional, também dependem da aprovação da Câmara dos Deputados em dois turnos.

Em outras ocasiões, o "fatiamento" de emenda constitucional, criando as chamadas "PECs Paralelas", fizeram com que esses novos projetos de emendas constitucionais, contendo a parte do texto que tenha sido alterada pela Casa Legislativa revisora, fossem aprovados muito tempo depois, ou nem chegassem a ser aprovados.

A PEC 06/2019, que tratou da Reforma da Previdência, é um exemplo disso. A parte do texto aprovado sem modificações pela Câmara e pelo Senado resultou na Emenda Constitucional 03/2019. A parte do texto que dependia de novas votações para sua aprovação resultou na PEC Paralela 133/2019, que não foi aprovada até os dias atuais. Outro exemplo, também no campo previdenciário, foi a PEC 67/2003, cuja parcela alterada resultou na PEC paralela 77/2003, aprovada somente em 2005.

Adicionalmente, em havendo o "fatiamento" da PEC 45, o interesse e urgência de se aprovar as mudanças promovidas pelo Senado mudam na medida que, à exceção da definição do Comitê Gestor, não comprometem a possibilidade de se criar o IBS e a CBS.

Há que se considerar que estamos no fim do ano, com poucas semanas para o recesso legislativo, para o período de festas e de férias, além de o Congresso Nacional estar com diversas matérias muito importantes sob discussão, além de ainda não ter aprovado leis orçamentárias para 2024.

Com esse cenário, existe a possibilidade real de o "fatiamento" poder implicar atraso na análise das importantes alterações propostas pelo Senado, ou ainda o risco de essas alterações, à exceção das relativas ao Comitê Gestor, não serem votadas pela Câmara dos Deputados e, com isso, nunca entrarem em vigor.

Portanto, é essencial que não haja o "fatiamento" da PEC 45, e que somente haja a promulgação da emenda constitucional quando a Câmara dos Deputados votar as alterações aprovadas no Senado.

Ana Cláudia Akie Utumi é sócia de Utumi Advogados, professora do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), da Universidade de Zurique e de cursos de pós-graduação

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# A grande transferência de riqueza

*Por Diego Viana, para o Valor, de São Paulo*

Cada geração, quando chega à idade adulta, recebe como herança das anteriores uma parte do patrimônio acumulado com o passar do tempo. Mas nunca se viveu uma transferência de riqueza tão grande quanto a que se iniciou no fim da última década e deve prosseguir pelas próximas duas. Embora os números divirjam de estudo para estudo, calcula-se que ao redor do mundo as heranças dos chamados "baby boomers" (nascidos nas duas décadas após o fim da Segunda Guerra Mundial) aos "millennials" (nascidos entre 1980 e 1996) cheguem a quase US\$ 150 trilhões.

Só nos Estados Unidos, são aproximadamente US\$ 75 trilhões. Em comparação, os nascidos após a Segunda Guerra receberam de seus pais (nascidos entre 1900 e 1925) o equivalente a US\$ 16 trilhões. No ritmo atual, muda de mãos US\$ 1 trilhão anualmente, de acordo com o relatório de Indivíduos com Patrimônio Líquido Elevado e Ultraelevado nos Estados Unidos, da empresa de pesquisa de mercado Cerulli Associates, sediada em Boston.

O ritmo tende a acelerar ano a ano e só vai se concluir em 2045. Nesta década, o instituto Wealth-X, concorrente do Cerulli, estima que o total transferido será de US\$ 8,8 trilhões nos EUA, US\$ 3,2 trilhões na Europa e US\$ 1,9 trilhão na Ásia. Em 2020, os "boomers" detinham 57% da riqueza no planeta e eram a geração mais rica. Em 2030, será a geração X (nascida de 1965 a 1980), com 31%.

O processo está sendo chamado de "great wealth transfer" (grande transferência de riqueza) e contém algumas particularidades que dizem respeito a esse enorme volume de recursos, ao tamanho relativo das populações e, principalmente, à diferença de perfil entre quem transfere e quem recebe.

Hoje, os millennials, alguns dos quais vão receber heranças de vulto, constituem aproximadamente 30% da população mundial, diz Esteban Poli-dura, chefe de estratégia de investimento para a América Latina do banco suíço Julius Bar. Atualmente, o patrimônio dessa geração gira em torno de US\$ 25 trilhões, de acordo com o analista. "Esse já é um valor alto, mas se prestarmos atenção, vemos que essas pessoas vão receber uma injeção de recursos no exato momento em que estão a ponto de realizar todo seu potencial produtivo. Esse é um dos motivos pelos quais essa transferência de riqueza é tão extraordinária", afirma.

De posse de uma riqueza sem precedentes, os quarentões da próxima década têm o potencial de mudar radicalmente a alocação de capital no planeta. Nascida e criada na era digital, preocupada desde a juventude com temas como o clima, a diversidade e a responsabilidade social, a geração que começa a chegar aos 40 anos pensa de maneira muito diferente de seus pais e avós. Essa é uma das conclusões do relatório "Next Generation: how to invest in megatrends" (A próxima geração: como investir em megatendências), do Julius Bar.

Nos termos do banqueiro e filantropo sul-africano Ken Costa, autor do livro "The 100 Trillion Dollar Wealth Transfer" (A transferência de riqueza de US\$ 100 trilhões, publicado no Reino Unido em agosto), o processo já em curso representa um "rejuvenescimento do mundo" e uma possível transformação do capitalismo na direção da "colaboração, compaixão e comunidade". O próprio Costa, porém, identifica o perigo de que a preferência por investimentos conscientes, em que a justiça pesaria mais do que o retorno esperado, possa reduzir a eficiência do capital, com consequências negativas sobre o crescimento.

O que explica por que a atual transferência da riqueza, em particular, merece o epíteto de "grande" é uma combinação de história econômica e demografia. Os "baby boomers" têm esse nome porque refletem a rápida expansão populacional que se seguiu à derrota dos exércitos nazistas, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa. Nos anos 1950 e 1960, a pirâmide etária era, sem dúvida, uma pirâmide: na maior parte do mundo, as famílias eram numerosas e a população contava com muitas crianças e jovens para poucos idosos.

Esses jovens foram os protagonistas de um período sem precedentes de crescimento econômico, conhecido como "grande aceleração". A reconstrução dos países destruídos pela guerra, a expansão industrial e tecnológica, o desenvolvimento de redes de proteção social e o investimento pesado em educação básica e superior contribuíram para o período de maior enriquecimento da história.

Mais tarde, os jovens da década de 1960 também se beneficiariam de um processo iniciado nos anos 1980, quando já não eram tão jovens, e que hoje se reflete nas heranças que começam a legar: a desregulação e consequente expansão dos mercados financeiros.

Ativos de toda natureza se valorizaram enquanto as bolsas subiam, com reflexo particularmente nos imóveis, cujos preços quintuplicaram em 40 anos. Quem comprou sua casa e começou a investir em ações nos anos 1970 se viu, 30 anos depois, de posse de um patrimônio altamente valorizado.

Ao se aposentarem, esses profissionais dispunham não só de casas bem avaliadas, como também de fundos de pensão vigorosos e ações em alta: o índice S P 500, da Bolsa de Nova York, se valorizou 2.800% desde 1983. Como resultado de todas essas transformações, a riqueza das famílias americanas saltou de US\$ 38 trilhões em 1989 para US\$ 140 trilhões em 2022, de acordo com o Federal Reserve de St. Louis.

Nem mesmo o terremoto da crise dos subprimes, a partir de 2008, abalou permanentemente a riqueza dessa geração. Na década seguinte, a liquidez que os bancos centrais injetaram no sistema financeiro foi em boa parte direcionada para a valorização de seus ativos. Durante a pandemia, o processo foi intensificado, conforme advertiu o megainvestidor Ray Dalio, fundador do fundo Bridgewater, em um artigo publicado em agosto: o enorme esforço para manter a economia de pé representou uma transferência de renda do setor público para o privado, mais especificamente os detentores de ativos financeiros, a maior parte pertencente à geração dos "boomers".

Na virada do milênio, quando as crianças da década de 1980 começavam a escolher suas profissões, a pirâmide etária tinha se transformado. O grupo mais numeroso já não era o dos recém-nascidos, mas o dos jovens. Os muito idosos também deixavam de ser uma pequena marca no alto do triângulo. Em alguns países, sobretudo os de economia mais avançada, a predominância de gerações mais antigas começava a acender o alerta para a reposição da força de trabalho e o impacto na previdência, uma vez que o recolhimento de contribuições dos profissionais na ativa deixou de acompanhar o desembolso de aposentadorias e pensões.

A expansão da economia global também havia desacelerado, passando de uma média de quase 6% na década de 1960 para pouco menos de 3% nos anos 2010. Para piorar, os millennials foram atingidos pelo "crash" de 2008 e a grande crise financeira subsequente bem nos primeiros anos de sua atuação profissional, o que pode ter prejudicado a ascensão de muitos jovens na carreira. Nos Estados Unidos e na Europa, os millennials constituem um grupo altamente endividado, e que passou a década de 2010 adiando planos de comprar imóveis, casar e ter filhos.

Como consequência, de acordo com a pesquisa

Wealth Watch, da seguradora New York Life, só 21% da geração millennial declaram se sentir confortáveis e capazes de administrar a herança que vai receber. A explicação, segundo o relatório, assinado pela diretora de bem-estar financeiro da seguradora, Suzanne Schmitt, é que "os millennials, e agora a geração X, cresceram em um cenário de tormenta financeira e global". "Esses dois grupos testemunharam transformações econômicas em seus anos de formação e, por isso, podem ter maior aversão ao risco do que seus antecessores", diz.

Tudo somado, quando os "baby boomers" receberam suas heranças dos pais e avós que viveram na primeira metade do século, eram muitos indivíduos recebendo de poucos, que por sua vez tinham menos riqueza para distribuir do que existe atualmente. Mas quando esses mesmos "baby boomers" passam o bastão-e tudo o mais -, serão um grupo maior, entregando seu patrimônio multiplicado em mãos relativamente menos numerosas. Mesmo com o retorno da **inflação** nos últimos dois anos e a perspectiva de que a valorização dos ativos financeiros possa ter chegado ao seu limite, o volume de recursos acumulados é suficiente para garantir a passagem do poder financeiro para os millennials ao longo dos próximos 20 anos.

A chefe de ESG, Compliance e Jurídico da gestora de capital Dahlia, Karina Azevedo, resume o impacto da chegada desses recursos às mãos de uma nova geração. "Para superar a crise climática, vamos precisar de três coisas: vontade política, tecnologia e tempo. O poder financeiro das novas gerações vai ter um papel fundamental no primeiro desses fatores", argumenta.

Azevedo assinala que as novas gerações já constituem 58% do eleitorado nas democracias do mundo e, nos próximos 20 anos, chegarão a 80%. "Até agora, faltava a elas o poder financeiro, que continuava na mão das gerações anteriores. O que a grande transferência de riqueza vai fazer é emparelhar o poder político e o financeiro dos millennials", diz. "Então a transferência de riqueza vai ser ainda mais fundamental para eles, porque só assim a força demográfica dessa geração vai conseguir se exercer politicamente: por meio do poder financeiro." O lado político da mudança demográfica já é perceptível, acredita Azevedo. "A primeira conferência da ONU sobre o meio ambiente como desafio da humanidade foi em 1972. Em 1992 houve a conferência do Rio de Janeiro. Al Gore, que era conhecido como "homem do ozônio", fez o documentário "Uma Verdade Inconveniente" em 2006. Mas foi só depois de 2015, e ainda mais depois de 2020, que o tema da sustentabilidade ganhou o peso que tem hoje. Por quê?", interroga, já respondendo. "O que explica isso,

como muitas coisas no mundo, é a demografia: as gerações anteriores não tinham a mesma preocupação ecológica que as pessoas nascidas depois de 1980." Já prevendo o impacto da riqueza que troca de mãos, consultores financeiros e outros profissionais passaram a se perguntar o que seria feito com esses recursos. De fato, pesquisas que tentam traçar o perfil de investidores das diferentes gerações costumam mostrar que os jovens têm uma mentalidade que difere profundamente da que seus ancestrais manifestavam. Em seu relatório Global Wealth Research Report, a Ernst Young encontrou uma inclinação maior para as opções de investimento sustentável nos jovens: 20% dos pesquisados declararam que esse era um fator importante na escolha de um gestor de patrimônio, contra 8% entre seus pais. A EY encontrou também uma preferência por gestores com equipes diversas em termos de raça, gênero e outros: 16%, contra 5% dos "boomers".

"Os jovens herdeiros são de uma geração que não quer ser aconselhada. Ela quer ser educada", argumenta Polidura. "São pessoas que têm acesso muito fácil à informação, são nativos digitais, e procuram a ajuda dos consultores financeiros para tomar suas decisões, ou seja, não desejam que as escolhas sejam feitas por eles." Segundo a EY, entre os mais jovens, 32% valorizam a disponibilidade de serviços digitais quase tanto quanto a performance passada do gestor (32% contra 34%) e 60% desse grupo se dispõe a mudar de banco por outro com melhores ferramentas digitais.

Outras diferenças de perfil geracional também podem ter seus efeitos ampliados com a transferência de riqueza. As novas gerações são consideradas mais inclinadas ao empreendedorismo, rejeitando o projeto de vida baseado em empregos estáveis de longo prazo, de acordo com Polidura. "Essa é uma geração muito mais empreendedora ou que trabalha por conta própria do que a de seus pais, que se acostumou com a ideia de subir na carreira galgando cargos dentro das empresas. Esse perfil dos jovens significa que, de posse desse capital aumentado, eles têm potencial para criar um volume enorme de nova riqueza", afirma.

O impacto social da chegada de uma nova geração ao processo decisório também se revela nas práticas de filantropia, conforme explica a CEO do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), Paula Fabiani. Em 2021, o Idis publicou a versão brasileira do guia "Filantropia da Próxima Geração", lançado originalmente pelo Rockefeller Philanthropy Advisors nos Estados Unidos. A cartilha mostra, por meio de estudos de caso, como a geração ascendente introduz um novo conceito de doação.

Assim como no investimento financeiro, na sua

vertente social os filhos tendem a agir de maneira muito diferente dos pais, segundo Fabiani. Tradicionalmente, as doações são feitas com um perfil que a CEO do Idis define como "assistencialista", ou seja, a escolha de alguma instituição ou causa para receber os recursos, com o objetivo de aliviar um sofrimento em particular. "As gerações mais jovens estão buscando ações que sejam como um investimento com retorno social ou ambiental: tentam alocar os recursos em ações mais transformadoras, que ataquem as causas dos problemas", diz. "Essa é a raiz de ideias como a do chamado "altruísmo eficaz", que busca sustentar o investimento social em dados." De acordo com Fabiani, a particularidade brasileira é que a passagem do bastão leva mais tempo, porque, na ausência dos pesados **impostos** sobre a herança dos países ricos, não é necessário organizar a transferência do patrimônio ainda durante a vida dos titulares. "Em países como os Estados Unidos, as famílias fazem o planejamento tributário antecipadamente, para evitar a taxaço. Então criam seus fundos fiduciários, suas fundações e seus veículos filantrópicos", explica Fabiani.

Em sua pesquisa anual sobre os millennials e a geração X, que neste ano entrevistou mais de 22 mil pessoas, a consultoria Deloitte confirma a crescente preocupação com sustentabilidade e responsabilidade social, mas detecta uma mudança ocorrida após a pandemia e, principalmente, a crise do custo de vida que se seguiu a ela. Os jovens entrevistados se veem cada vez mais com dificuldade de viver de acordo com seus princípios. Embora 70% afirmem perseguir ativamente a redução de seu próprio impacto ambiental e 60% se digam dispostos a pagar mais caro por produtos mais sustentáveis, 55% temem que, a prosseguirem as condições econômicas atuais, será impossível cumprir essas expectativas.

Para Fabiani, esse é um tópico sensível. "A mudança de mentalidade já é visível, mas não é claro que ela vai se tornar também uma mudança de padrão de consumo, que é o que pode obrigar as empresas a transformar seu comportamento também", diz. "Quando for detentora do capital, quando chegar a hora de tomar as decisões, ainda não sabemos se essa geração vai abrir mão de retorno e de certos bens de consumo, se vai levar a cabo sua visão, deixando de investir em setores como petróleo e mineração." De acordo com Polidura, já se veem sinais de que os jovens não procuram apenas alinhar seus investimentos a valores sustentáveis e sociais. "Eles também estão dispostos a sacrificar uma parte do seu retorno para atingir esse propósito", afirma. "É por isso que os bancos estão bifurcando suas ofertas. Existem as soluções típicas de investimento sustentável ou responsável, com impacto ambiental ou social. São aqueles que não causam danos ao

ambiente ou à sociedade. Mas muitos desses clientes buscam dar o próximo passo, que são os investimentos de impacto. Ou seja: não é só evitar o dano, mas também exercer um efeito positivo. Em nome disso, os jovens aceitam reduzir seu retorno." Azevedo também identifica uma influência palpável das gerações mais recentes de investidores nas atitudes das empresas, sobretudo por meio da rápida expansão de equipes ESG. "Nossa metodologia de avaliação das companhias inclui conversar com os gestores. Todos os responsáveis por ESG são recentes. O mais antigo é de 2015", assinala. "Isso não é à toa, assim como não é à toa que todas as maiores empresas do mundo, listadas nas principais bolsas, já anunciaram seus planos para chegar à neutralidade de carbono. Não estão fazendo isso porque é a coisa certa, mas porque a demografia do mundo exige cada vez mais." Da perspectiva política, esse processo é embrionário. O ponto de virada acontecerá quando a regulação dos mercados começar a refletir a força política das novas gerações, afirma Azevedo. "A regulação não deixa escapatória. Hoje vemos isso no mercado europeu: quem não conseguir mostrar adequação às exigências não tem escapatória. Quando a pressão política for capaz de determinar uma regulação mais rigorosa nas principais economias, todas as empresas terão que agir de acordo", argumenta.

Nesse meio-tempo, a transferência intergeracional não está ao abrigo da desigualdade crescente do mundo. De acordo com uma pesquisa realizada no ano passado pela cooperativa de crédito americana Alliant Credit Union, a média das heranças nos Estados Unidos está em algum ponto entre os US\$ 350 mil que os jovens esperam herdar e os US\$ 250 mil que os "boomers" estimam transferir. Seja qual for o número correto, sabe-se que boa parte desse volume vai estar concentrado em poucas mãos.

O grupo dos UHN W, ou seja, aqueles com maior patrimônio líquido, constitui a seleta categoria dos mais ricos entre os ricos, respondendo por 1,5% da população analisada no relatório da Cerulli Associates. Essa categoria responderá, sozinha, por 42% da grande transferência de riqueza, com algo em torno de US\$ 36 trilhões nos Estados Unidos. De acordo com Polidura, em todo o mundo, esse valor atinge US\$ 105 trilhões. O diretor do Julius Bar afirma que esse grupo restrito, assim como a população em geral, também demonstra um perfil de investimento mais preocupado com a responsabilidade social e a sustentabilidade.

Embora não haja dados precisos sobre a transferência de riqueza na América Latina, Polidura aponta que as características demográficas da região sugerem que algo semelhante possa ocorrer. A pirâmide etária já se desloca para cima, com média de idade entre 25 e 30

anos em países como México, Argentina, Brasil e Colômbia. Os nascidos nas décadas de 1940 e 1950 também são os mais ricos. E, por fim, "é um continente em que os jovens são muito empreendedores e autônomos. Há inúmeras startups entrando no mercado, por exemplo, no Brasil, e é comum que empresas novas se financiem por crowdfunding. Tudo indica que um fenômeno semelhante vai se passar aqui", diz.

Perigo é que a preferência por investimentos conscientes possa reduzir a eficiência do capital, diz banqueiro Ken Costa

"A mudança de mentalidade é visível, mas não é claro que se tornará também mudança de padrão de consumo" Paula Fabiani

"Os jovens herdeiros são de uma geração que não quer ser aconselhada, mas educada" Esteban Polidura

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# BNDES dá prioridade a setor industrial e desembolso salta a R\$ 16 bilhões até setembro - COLUNA DO ESTADÃO

ROSEANN KENNEDY COM EDUARDO GAYER E AUGU

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, vai reforçar hoje o aceno à indústria brasileira ao apresentar o balanço da instituição do terceiro trimestre deste ano. Dados obtidos com exclusividade pela Coluna mostram que o setor obteve o maior aumento percentual em desembolsos nos primeiros 9 meses de 2023, na comparação com o mesmo período do ano passado. O crescimento foi de 34%, atingindo R\$ 16,7 bilhões. Dentro do próprio segmento, outros números serão destacados. O financiamento às exportações das empresas brasileiras cresceu 243% e chegou a R\$ 7,2 bilhões. Em julho, o BNDES lançou um pacote para fortalecer o setor. As medidas foram recebidas com entusiasmo na Confederação Nacional da Indústria (CNI).

**I FAVORITÍSSIMO.** Se confirmada, a indicação de Paulo Gonet para a Procuradoria-Geral da República será uma vitória dos ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do STF, que o apadrinharam. Só uma reviravolta mudaria a escolha do presidente Lula, diz um ministro.

**I BALANÇA.** Com Gonet na PGR, sai fortalecida a candidatura petista de Jorge Messias para o STF. Como revelou a Coluna, Lula deve adotar uma "estratégia combo" nas definições, para contemplar diferentes alas políticas.

**I CONTA OUTRA.** O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), disse que "não cola" a justificativa do Ministério da Justiça de não saber que Luciane Barbosa é esposa de um líder do Comando Vermelho no Amazonas. Ele também criticou seu adversário na corrida eleitoral de 2024, Guilherme Boulos (PSOL), por ter tirado foto com a mulher na Câmara.

**I OUTRO LADO.** Boulos não se posicionou sobre a fala do prefeito.

A respeito da foto, disse em nota ter sido abordado no Salão Verde da Câmara por duas mulheres que se apresentaram como representantes do Instituto Liberdade do Amazonas, e que ouviu as demandas dela.

**I PROVOCAÇÃO.** Depois de acertar a quadra num bolão da Mega-Sena e ganhar cerca de R\$ 200, Jair Bolsonaro virou alvo de piada entre os petistas. "Até quando ganha, Bolsonaro perde", disse o vice-líder do PT, Rogério Correia.

É que, em 2019, um bolão na liderança do partido rendeu R\$ 2,4 mi para cada apostador.

**I BEIJA-MÃO.** A bancada negra da Câmara prepara um tour para apresentar seus projetos prioritários aos três Poderes. Na próxima semana, fará reunião para decidir as pautas que serão expostas ao presidente Lula, a Luís Roberto Barroso, a Arthur Lira e a Rodrigo Pacheco.

**I REAÇÃO.** A Frente Parlamentar do Empreendedorismo prepara uma força-tarefa no Congresso para derrubar a portaria do governo que revogou a autorização permanente para trabalho aos domingos e feriados em atividades do comércio. O grupo tem 207 deputados e 46 senadores.

**I CAMINHO.** Segundo o presidente da Frente, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), serão apresentados projetos de decreto legislativo na Câmara e no Senado.

A Frente de Comércio e Serviço também é fiadora da ofensiva.

PRONTO, FALE!!

Felipe Salto - Economista-chefe da Warren

"O IBGE tem tradição em divulgar estatísticas fidedignas de **PIB** e IPCA. O ruído gerado por Pochmann preocupa, mas não deve ter consequência maior."

CLICK

Rui Costa - Ministro da Casa Civil

Durante visita ao Pará para o lançamento de projetos do PAC, visitou com o governador Helder Barbalho

(MDB) obras e intervenções no Estado para a COP-30.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# A eleição e o acordo entre Mercosul e UE (Artigo)

**SILVIO CASCIONE**

SILVIO CASCIONE DIRETOR DA CONSULTORIA  
EURASIA GROUP

OS argentinos vão às urnas para uma eleição que pode ter importantes consequências para o Brasil. De um lado, o ministro da Economia, Sergio Massa, com o apoio tácito do governo brasileiro; de outro, o candidato de direita Javier Milei, com o apoio escancarado da família Bolsonaro.

Se fosse apenas para emular a polarização do Brasil, a eleição teria uma relevância menor do que no passado; não mais que uma fonte de entretenimento para os aficionados em política e história. Apesar da forte relação comercial entre os dois países, não há um grande temor de contágio nos mercados brasileiros com o agravamento da crise na Argentina.

A **inflação** acelerada e os controles cambiais são problemas que afetam os argentinos, sem repercussões sistêmicas para o Brasil.

ACORDO. Mas há um importante elemento a mais em jogo: o futuro do Mercosul e o acordo comercial com a União Europeia.

A eleição na Argentina coincide com uma janela de oportunidade valiosa para a conclusão do acordo, após mais de 20 anos de negociações.

A derrota de Bolsonaro e a virada na política ambiental brasileira reacenderam o interesse europeu no acordo. Lula também defendeu o aumento do comércio com a Europa como prioridade de sua política externa.

Por isso, diplomatas de ambos os lados trabalham para concluir as tratativas. Mas há um problema: segundo a UE, se o acordo não for fechado neste ano, a negociação esfriará em 2024, por causa das eleições para o Parlamento Europeu.

Nesse contexto, a eleição argentina é vista com apreensão em Brasília. Na equipe econômica, existe o temor de que a vitória de Milei interrompa o processo - não por resistência dele ao livre comércio, mas por sua oposição ao Mercosul e a Lula, a quem chama de corrupto e comunista.

Além disso, há uma preocupação de que, mesmo que Milei evite interferir na negociação, seu governo seja disfuncional, sem maioria parlamentar e com forte oposição nas ruas.

Por ora, resta apenas a incerteza, pois as pesquisas têm sido pouco confiáveis. As mais recentes indicam Milei à frente, mas o resultado do primeiro turno mostrou que Massa chegou à reta final, de forma surpreendente, com um ligeiro favoritismo.

O governo brasileiro acompanha com atenção.

Acordo Brasil teme que Milei interrompa negociação em razão de sua oposição ao Mercosul e a Lula

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Em vitória de Haddad, governo vai manter meta de déficit zero na LDO

CAIO SPECHOTO SOFIA AGUIAR IANDER PORCELLA  
BRASÍLIA

O governo descartou a possibilidade de alterar neste momento a meta de déficit zero para as contas públicas em 2024. A informação foi confirmada primeiro pelo relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, deputado Danilo Forte (União Brasil-CE), e, na sequência, pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. A decisão representa uma vitória política do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que vem sofrendo pressão de outros colegas de governo e do PT para rever o alvo.

O anúncio ocorreu após reunião ontem, no Palácio do Planalto, que contou com a presença de Forte, Haddad e Padilha e ainda das ministras Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e do líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Também era esperada a presença do ministro da Casa Civil, Rui Costa, que defendia a revisão da meta fiscal. Ele não participou porque, na hora da reunião, estava em Belém (PA) no lançamento de projetos do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o Estado.

"O governo manteve a posição dele de meta fiscal zero. Tirou qualquer possibilidade de emenda ao relatório (da LDO), qualquer mensagem modificativa com relação ao que está sendo decidido, e a preservação do arcabouço fiscal", declarou Forte, depois da reunião com os ministros. "Vamos trabalhar agora para concluir a votação do Orçamento para dar ao País um Orçamento factível em 2024. A possibilidade de revisão poderá vir em alguma mudança no futuro, mas no presente (momento) o governo manteve a meta fiscal zero." O governo tinha até hoje para decidir se mudava ou não a meta de déficit zero, o que só poderia ser feito por meio de emenda de parlamentares à LDO ou via acordo com o próprio relator.

Na segunda-feira, o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ) chegou a apresentar duas emendas à LDO que alteram a meta fiscal do ano que vem. Uma delas prevê déficit de 0,75% do **PIB** e a outra, de 1%.

Forte disse que deverá entregar seu relatório final na próxima segunda ou terça-feira. A expectativa é de que a votação do texto na Comissão Mista de Orçamento (CMO) aconteça na quarta-feira.

A discussão sobre eventual mudança da meta foi reaberta pelo próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no fim de outubro, depois de dizer que o déficit zero "dificilmente" seria atingido e que o País não precisava disso. "O que eu posso dizer é que ela (a meta fiscal) não precisa ser zero. A gente não precisa disso. Eu não vou estabelecer uma meta fiscal que me obrigue a começar o ano fazendo corte de bilhões nas obras que são prioritárias nesse País", disse Lula, em encontro com jornalistas.

RACHA. A discussão, criticada por especialistas e no mercado financeiro, dividiu o governo.

Rui Costa propôs a alteração da meta para déficit de 0,5% do **PIB**. Padilha, Simone Tebet e Esther Dweck defenderam a posição de esperar mais informações sobre a aprovação de projetos no Congresso que podem aumentar a arrecadação do governo no próximo ano - e, assim, evitar um contingenciamento de gastos em pleno ano de eleições municipais.

Sob pressão, Haddad pediu tempo até março, quando deve sair o primeiro Relatório de Receitas e Despesas Primárias de 2024, para que se decida sobre qualquer mudança na meta.

Como mostrou o Estadão, o ministro quer aguardar o avanço das medidas arrecadatórias no Congresso. A equipe econômica ainda corre atrás de uma receita extra de R\$ 168 bilhões para garantir o equilíbrio das contas públicas no próximo ano.

Haddad e Tebet foram os primeiros a sair da reunião, antes mesmo do seu término. Eles deixaram o Palácio do Planalto por volta das 12h30. Haddad chegou à Fazenda sem falar com a imprensa. De acordo com Danilo Forte, o ministro da Fazenda voltou a demonstrar preocupação com a conclusão das votações no Congresso de projetos que aumentam a arrecadação do governo.

Haddad apresentou no começo do ano a meta de zerar o déficit das contas públicas em 2024, junto com o novo arcabouço fiscal, que substituiu o antigo teto de

gastos, com regras mais flexíveis para as despesas.

A Casa Civil e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, contudo, foram contra o objetivo de déficit zero por entenderem que o aperto fiscal pode comprometer o crescimento econômico.

O ministro resistiu ao "fogo amigo", com o argumento de que a aprovação das medidas no Congresso podem elevar a arrecadação. Mas, após as declarações de Lula, as pressões pela mudança da meta voltaram a crescer.

"O governo manteve a posição dele de meta fiscal zero. (...) A possibilidade de revisão poderá vir em alguma mudança no futuro, mas no presente (momento) o governo manteve a meta fiscal" Daniel Forte Deputado (União Brasil-CE), relator do projeto de LDO

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# A Selic em 2024 (Artigo)

**Fabio Giambiagi Economista**

Vou compartilhar aqui o raciocínio que me leva a supor que está se aproximando o momento em que o Banco Central terá que reduzir o ritmo de redução dos juros em alguma das próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom).

Vejam os condicionantes que guiam a postura de quem está na instituição, tendo passado por essa função nos últimos anos: a) A **inflação** ficou muito acima do teto da "banda de tolerância" em 2021 e 2022, e deve ficar dentro da banda, mas próxima do teto, em 2023. Para o prestígio da autoridade monetária, é importante dar sinais claros de que o País está se encaminhando rumo ao cumprimento da meta de 3%; b) A perspectiva de um crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) na faixa entre 1,5% e 2,0% em 2024, depois de três anos de um bom crescimento e mantida a redução do desemprego e a **inflação** baixa, pode não ser um cenário de sonhos, mas está longe de indicar um ano desastroso; c) O nível das taxas internacionais é um limitador dos movimentos do Copom, de modo que ele não pode ser insensível ao fato de a taxa de juros nominal de 10 anos nos Estados Unidos, que no começo de 2023 estava em 3,6%, estar em torno de 4,5% hoje.

Em tais circunstâncias, se a Selic, ao chegar a 10,75% em março e, em vez de cair 50 pontos, passar a diminuir 25 pontos em cada um dos encontros do Copom de maio até dezembro, cederia a 10,5% em maio e, mantido o novo ritmo, cairia até 9,25% em dezembro. Se, nesse contexto, em 2024, a **inflação** ficar contida no intervalo entre 3,5% e 4,0%, depois de ter sido de 10,1% em 2021, de 5,8% em 2022 e de perto de 4,5% em 2023, o Banco Central do Brasil (Bacen) poderia exibir uma **inflação** que, mesmo não estando na meta, implicaria a firme perspectiva de alcançar a meta em 2025.

Não há razões para testar o limite inferior dos juros no processo de desinflação em 2024, quando, primeiro, a desinflação ainda não terá acabado; e, segundo, em janeiro de 2025, haverá "troca de guarda" no Banco Central e o novo presidente da instituição terá que mostrar a que veio.

Há muita gente que suspeita que o órgão sob Lula da Silva teria uma restrição a elevar juros em época eleitoral. Portanto, é melhor conservar uma "gordura" na taxa em dezembro de 2024 em vez de "queimá-la" ano que vem e gerar um estresse desnecessário, com

uma Selic muito baixa em dezembro que se revele não condizente com as perspectivas para 2025. Uma estratégia de quedas pequenas nas reuniões do Copom de maio em diante é a melhor estratégia.

Depois se verá o que o "BC do Lula" faz. A cada a dia, a sua agonia.

Fabio Giambiagi Economista

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ  
A Selic em 2024

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

# Sustentar déficit zero tornou-se uma questão de honra para o ministro

**Andrea Jubé**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acumulou mais uma vitória com a reunião de ministros desta quinta-feira, que selou a decisão do governo de não apoiar uma emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para alterar a meta fiscal de 2024. O prazo para eventual modificação esgota-se nesta sexta-feira.

Sustentar a meta de déficit zero até o fim tornou-se uma questão de honra para Haddad a fim de se comprometer com a responsabilidade fiscal e recuperar a credibilidade do país junto a investidores nacionais e estrangeiros. Mesmo que uma parcela de empresários e investidores considere o número duvidoso, e trabalhe, nos bastidores, com uma meta palatável de até 0,30% do **PIB**.

As vitórias semanais de Haddad no embate pela manutenção do déficit zero devem ser consideradas um feito louvável para um auxiliar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva atirou contra as cordas publicamente, e que sofre diariamente com o fogo amigo no governo e no PT.

Há cerca de 20 dias, Lula constrangeu seu ministro da Fazenda quando afirmou, durante um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, que "difícilmente chegaremos à meta zero" no ano que vem. A declaração ressoou como um gancho de direita rápido e forte, que acerta o oponente de baixo pra cima. Haddad foi às cordas, mas não à lona. Perdeu o round, mas não a luta.

A fala de Lula expôs o embate interno que há muito chacoalhava o palácio entre dois dos principais ministros: Haddad e o chefe da Casa Civil, Rui Costa. De um lado, o titular da política fiscal pregando a contenção de gastos. De outro, o coordenador do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), alertando para o risco de escassez de recursos em ano eleitoral, ameaçando paralisar obras e a roda da economia.

Nenhum deles grita sozinho.

Haddad tem como principal aliado o ministro da articulação política, Alexandre Padilha, enquanto Costa trazem seu time lideranças do PT da envergadura da presidente da sigla, Gleisi Hoffmann, e

do deputado Lindbergh Farias (PT-RJ).

É um duelo que evoca lutas épicas como Muhammad Ali x George Foreman em 1974 (com o perdão pela licença poética). Guardadas as proporções, é uma metáfora legítima porque confronta dois dos principais ministros de Lula, e - enfatize-se - duas das vezes mais ouvidas pelo presidente. Num contexto em que falamos de um presidente que, a cada dia, ouve menos, tolera menos conselheiros, e decide cada vez mais sozinho.

Mas Haddad ainda tem muitos rounds pela frente. O saldo da reunião de ontem é que o governo aguardará o relatório bimestral de receitas e despesas, em março, para deliberar sobre o contingenciamento de recursos do Executivo e do Legislativo, e eventual necessidade de revisão da meta. Justamente como Haddad defendia.

Até lá, Haddad empenhará todo o seu capital político para que o Congresso aprove todos os projetos que envolvem o aumento de receitas.

Até mesmo o mais complexo, relativo à MP 1185, que tributa as subvenções fiscais. Em resumo, Haddad tem saído vitorioso na maior luta que abraçou para si na condução da política fiscal. Ele venceu vários rounds. Porém, vale lembrar, ainda não ganhou a luta.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187715>

# Hora de decisões difíceis para tirar a Argentina da crise (Editorial)

Neste domingo os argentinos escolherão entre o esquerdista Sérgio Massa e o direitista Javier Milei para ser o seu próximo presidente, num momento difícil da história do país. As pesquisas sugerem um leve favoritismo de Milei, mas o clima é de incerteza, tanto pelo resultado eleitoral como pelo que virá pela frente, já que os candidatos deram poucas indicações de que realmente farão quando confrontados com os enormes desafios da Argentina.

Das oito últimas pesquisas de intenção de voto, quatro indicaram empate técnico e quatro apontaram Milei à frente, fora da margem de erro. É preciso encarar essas sondagens com cautela: a maioria delas errou tanto nas prévias partidárias, em agosto, como no primeiro turno presidencial, em outubro. Como costuma dizer o ex-ministro Delfim Netto, independentemente de quem ganhe a eleição, no dia seguinte a quitanda precisa abrir com berinjelas a preço razoável e troco para os clientes. Nem Massa nem Milei expuseram, durante a campanha eleitoral, um plano convincente de como abrir a quitanda argentina nos próximos meses.

O país enfrenta desafios muito urgentes e complexos.

Fechará o ano em recessão, com queda de cerca de 3% do **PIB**, devido em parte à seca que quebrou a safra deste ano. A **inflação** acumulada no ano está em 142,7% e deve subir mais. O déficit fiscal primário ficará em cerca de 2,5% no ano. Como o país é muito arriscado e não tem acesso aos mercados globais, esse déficit é financiado por emissão monetária, o que acelera a **inflação**, e pela poupança interna, o que retira recursos de investimentos privados. Segundo muitas estimativas, as reservas internacionais são negativas, isto é, o Banco Central argentino está vendendo dólares que não são seus para tentar evitar uma desvalorização ainda maior do peso. Ou seja, o país está à beira de uma crise clássica de balanço de pagamentos (quando não há mais dólares para honrar compromissos externos) e de um possível novo default.

A situação econômica é, assim, gravíssima. A solução passará por um ajuste, ordenado ou caótico, que será muito doloroso.

O ex-presidente do BC argentino Martin Redrado disse em entrevista ao Valor (11/10) que não há mais margem para gradualismo e que a Argentina precisa

de terapia de choque.

Como ministro da Economia, Massa tem a ingrata missão de defender um retrospecto indefensável e prometer que tudo será melhor daqui para a frente. Ele costuma repetir que vai mudar o que não está dando certo, mas sem detalhar o quê. Ele tem evitado falar de cortes de gastos e parece esperar que três setores (o agronegócio, o de gás e o de mineração) deem algum impulso à economia no ano que vem, na expectativa de poder fazer um improvável ajuste gradual, menos doloroso.

Já Milei continua defendendo propostas radicais, mas difíceis, senão impossíveis, de realizar, e que pouco ajudarão a resolver os problemas imediatos da Argentina. Ele quer dolarizar a economia (tem falado menos sobre isso nas últimas semanas) e fazer um corte radical de gasto público em meio à recessão.

Milei defende eliminar o banco central e fazer forte abertura comercial unilateral, medidas nunca testadas numa grande economia. Num excesso de otimismo, ele diz que não fará cortes nos programas sociais, pois à medida que o país for melhorando, as pessoas não precisarão mais da ajuda do Estado.

Massa e Milei têm assim propostas antagônicas para a Argentina, mas pouco falaram sobre como enfrentar os problemas imediatos que um deles terá a partir da posse, em 10 de dezembro. O melhor cenário possivelmente é que o presidente eleito faça e seja diferente do que ele fez e foi até agora. Essa é uma expectativa difícil de acreditar, mas há sinais de que isso pode acontecer.

Massa é um dos maiores camaleões da política argentina. Ele iniciou sua carreira no liberalismo, passou ao peronismo mais centrista, aproximou-se, rompeu e voltou a se aproximar do kirchnerismo. Claramente ele não era o candidato de Cristina Kirchner. É difícil saber onde está exatamente o seu pensamento político e econômico. Ele assumiu a Economia em julho de 2022, já com uma situação muito ruim e poucas opções. Qualquer ajuste significativo era politicamente inviável, pois significaria perder as eleições deste ano. Massa, Cristina e o peronismo optaram por empurrar com a barriga até as eleições. O que virá num eventual governo seu é incerto.

Milei, além de inexperiente (nunca ocupou cargo público executivo e tem menos de dois anos como deputado), seria um presidente politicamente fraco - poderia contar com apenas 12% dos deputados, 11 % dos senadores e nenhum governador. Se vencer, será graças ao apoio do ex-presidente Mauricio Macri. Milei dependerá da bancada macrista, a maior no Congresso, para aprovar qualquer projeto. Seria um presidente tutelado e precisaria negociar qualquer medida com Macri, cujo partido possivelmente ocuparia cargos-chave no governo.

Assim, é muito provável que as políticas do próximo governo não correspondam ao que vem sendo propagado pelos candidatos. Isso seria bom, mas traz o problema da incerteza. Não está claro como seriam a dinâmica de governo e nem os equilíbrios de poder com Massa ou Milei. Levará algum tempo para que isso se assente. É possível que a Argentina não tenha esse tempo à disposição.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231116/>

# O G20 e a conexão dados & IA (Artigo)

**Francisco Gaetani e Virgílio Almeida**

Francisco Gaetani é professor da Ebape/FGV e secretário extraordinário para a Transformação do Estado, do Ministério de Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

Virgílio Almeida é professor associado ao Berkman Klein Center da Universidade de Harvard e ex-secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Os pontos de partida deste artigo são duas perguntas. A primeira questiona as chances do Brasil, numa época em que as tecnologias de inteligência artificial (IA) avançam por todos os setores da sociedade e da economia. Afinal, o país não tem nenhuma grande empresa global de tecnologia. Por que os avanços da IA no Brasil ainda são tímidos? A segunda pergunta endereça uma dúvida angustiante: será que o país pretende ingressar neste novo mundo, onde a IA será onipresente, ou continuará disperso, agindo da forma ditada pela dinâmica de múltiplos atores atomizados? O país desenvolverá um esforço nacional com vistas a colocar o assunto no centro das agendas do arquipélago das interações entre os poderes públicos, os vários segmentos de mercado e os múltiplos stakeholders afetos a esta temática?

As respostas às perguntas acima passam pela compreensão de três fatores que oferecem uma possibilidade de um cenário otimista para o Brasil: i) o avanço da IA depende da disponibilidade de grandes massas de dados; ii) o Brasil é um maná de dados para todos os gostos, o sonho de consumo de grandes empresas de tecnologia e de pesquisadores do mundo inteiro; iii) em 2024 o Brasil assumirá a presidência do G20 e como tal deverá discutir suas posições frente às grandes temáticas globais, que incluem a inteligência artificial.

O Brasil dispõe de grandes bases de dados em vários setores da economia: saúde, meio ambiente, educação, governo, dentre outros. O país possui um conjunto de instituições respeitadas mundialmente. SUS, Inep-MEC, Iba-ma, IBGE são detentores hoje daquilo que muitos outros países gostariam de ter acesso - dados que constituem um tesouro para a era da IA, pela quantidade, diversidade e pela evolução histórica de muitas dessas bases.

O G20, que coletivamente representa 85% do **PIB** mundial e dois terços de sua população, desempenha

um papel fundamental na formatação do cenário global das tecnologias digitais. Desde a criação da agenda de objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) das Nações Unidas, o G20 tem procurado explorar o uso de tecnologias e inovação digital para avançar na agenda ODS.

No contexto dos grandes desafios globais, os sistemas de saúde tomaram-se um foco central do G20 em função do que ocorreu nos últimos anos. A pandemia de covid-19 reforçou a necessidade de respostas coordenadas entre países e prestadores de serviços de saúde no que diz respeito à saúde digital. Na reunião de Ministros da Saúde do G20 durante a presidência indiana ficou evidente a importância da saúde digital e da modernização de dados do setor no fortalecimento dos sistemas de saúde, onde a IA é uma tecnologia capaz de produzir mudanças inimagináveis.

A questão de dados de saúde é reconhecida como cada vez mais estratégica. Uma reportagem recente da *The Economist* aborda a situação do National Health Service (NHS) do Reino Unido - fonte de inspiração do nosso Sistema Único de Saúde (SUS), e afirma: trata-se de "um verdadeiro tesouro para desenvolvedores de inteligência artificial (IA) ansiosos para aplicar seus modelos na melhoria da saúde humana".

O alerta formulado na reportagem aponta para a necessidade de uma estratégia digital para que não se percam as oportunidades econômicas oferecidas pela IA: "Os dados do NHS poderiam ser a base de uma próspera indústria de exportação, licenciando ferramentas de IA para sistemas de saúde ao redor do mundo".

Para disponibilizar o acesso a essas bases, é necessário estabelecer políticas públicas para construção e gestão de uma infraestrutura nacional de dados - lembrando que o Brasil possui duas robustas empresas estatais de informática: Dataprev e Serpro. No âmbito das discussões do G20, alguns princípios foram propostos: 1) criar um arcabouço legal para proteger os dados de saúde dos cidadãos; 2) promover regras e protocolos para trocas seguras de dados de saúde no país e entre fronteiras; 3) priorizar uma infraestrutura pública digital para a saúde; 4) estabelecer centros de excelência em IA e tecnologias emergentes para a saúde.

A modelagem que vai se tornando evidente, quase

simultaneamente, em vários países, mostra que o desenvolvimento da IA depende de múltiplas variáveis, dentre as quais as políticas públicas que cada país define para seus dados, públicos e privados. O mundo - e não apenas as economias desenvolvidas - tomou-se movido por dados, que são a base para o acelerado crescimento das aplicações de IA em todos os campos do conhecimento, com extraordinárias repercussões sobre a produtividade, a competitividade e o comércio das nações.

A diferença reside no fato que em alguns países existem preocupação e iniciativas com a regulação do processo de desenvolvimento, expansão e aplicação da IA. Este foi o caso da Índia, que usou o ano em que presidiu o G20 para alavancar suas políticas intensivas em transformação digital no plano nacional ao mesmo tempo em que projetou o país internacionalmente como líder de serviços e políticas digitais.

As pessoas e as empresas já entenderam que IA não é necessariamente uma ferramenta de automação de processos e substituição de mão de obra. IA pode ser um poderoso complemento do trabalho humano - e este curso de ação deve ser prioritariamente perseguido pelo governo, porque o setor privado, na maior parte das situações, busca IA como forma de automação de tarefas, com a conseqüente redução da mão de obra que emprega.

A capacidade de coordenação pelo governo destes temas complexos é baixa. Em consequência, a fragmentação é a regra geral - e no trato de um assunto como a IA este traço da cultura política administrativa do país não parece ser o melhor caminho. Talvez o caminho oposto, baseado em um esforço de coordenação nacional, uma aposta concatenada e especializada seja a melhor alternativa para iluminar o caminho adiante. Ou o Brasil toma uma decisão ou o tempo se encarregará de fazê-lo, através das políticas definidas por outros países engajados na construção de seus respectivos futuros.

A capacidade de coordenação pelo governo destes temas complexos é baixa. Em consequência, a fragmentação é a regra geral, e no trato de um assunto como a IA este traço da cultura política administrativa do país não parece ser o melhor caminho

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso/20231116/>